



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
CURSO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA

MICHELLE SENA DA SILVA

**MUNICÍPIO E GESTÃO DO TERRITÓRIO:
Os Impactos da 2ª etapa da UHE nas ações locais de abastecimento de água
em Tucuruí (PA).**

**BELÉM
2008**

MICHELLE SENA DA SILVA

**MUNICÍPIO E GESTÃO DO TERRITÓRIO:
Os Impactos da 2ª etapa da UHE nas ações locais de abastecimento de água
em Tucuruí (PA).**

Dissertação apresentada como requisito final para a Obtenção do grau de **Mestre em Geografia**, pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará.

Orientador: **Prof. Dr. Gilberto de Miranda Rocha.**

**BELÉM – PA
2008**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca de Pós-Graduação do IFCH/UFPA, Belém-PA)

Silva, Michelle Sena da

Município e gestão do território: os impactos da 2ª etapa da UHE nas ações locais de abastecimento de água em Tucuruí (PA) / Michelle Sena da Silva; orientador, Gilberto de Miranda Rocha. - 2009

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Belém, 2009.

1. Água - Uso - Tucuruí (PA). 2. Abastecimento de água. 3. Recursos hídricos. 4. Administração municipal - Tucuruí (PA). 5. Usina Hidrelétrica de Tucuruí. I. Título.

CDD - 22. ed. 333.910098115

MICHELLE SENA DA SILVA

**MUNICÍPIO E GESTÃO DO TERRITÓRIO:
Os Impactos da 2ª etapa da UHE nas ações locais de abastecimento de água
em Tucuruí (PA).**

Data de Aprovação: ____/____/____.

Prof. Dr. Gilberto de Miranda Rocha
Orientador

Prof. Dr. Lindemberg Fernandes Lima
Examinador Externo

Profª. Drª. Márcia Aparecida Pimentel da Silva
Examinadora Interna

*A **DEUS** pela força maior que move minha vida. A **JOSÉ MARIA AQUINO DA SILVA**, meu pai, que, serve de inspiração para minha busca por mais uma vitória acadêmica. A Eles dedico minha vivência, com guerras, derrotas e conquistas.*

AGRADECIMENTOS

Mais um degrau alcançado, sustentado por um projeto que vem sendo elaborado e materializado com fé e persistência, mesmo que muitas vezes falte coragem, a qual é recuperada com o apoio de amigos e parceiros de jornada acadêmica. Pois, o amadurecimento profissional buscado visa à obtenção de instrumentos que possibilitem a participação ativa nos processos de transformação sócio-espacial da realidade, e isso só se faz possível ao compreender a ciência geográfica como um instrumental ímpar para atuar na análise da realidade existente.

Como um dos resultados desse processo chega-se a materialização de um projeto que apesar de ser individual foi compartilhado em idéias, angústia, trabalho, apoio, etc. com muitos amigos, os quais por mais que eu agradeça a Deus por participarem em minha vida nunca poderei pagar a dívida de gratidão por estarem ao meu lado durante a caminhada.

À minha Família: Rosalina Sena (Mãe), Lurdes Sena (Tia-Mãe), Ir. Socorro Sena (Tia), Iraci Aquino (Avó), Mario Silva (Tio), Fábio Roberto e Fabiano Silva (Manos), Fabine Silva. Essas pessoas são responsáveis pelas minhas conquistas, é por mim e por elas que sempre quero conquistar novas vitórias.

Mais uma vez conto com o apoio de meu 'pai' acadêmico, Gilberto de Miranda Rocha, por compreender minhas atitudes e acreditar que sou capaz. Continuas servindo de espelho para a minha formação profissional. Novamente agradeço a orientação, a compreensão de minhas limitações e a capacidade de me instigar a desafios.

Aos meus parceiros acadêmicos do PPGEQ/2006: Dalva, Júlia, Marta, Bruno, Neto, Carlinhos, Elves, Edilson, Mauro e Jean, por compartilharem dos planos, sonhos e discussões do cotidiano acadêmico nos últimos dois anos.

Em especial a Aline Reis, que com sabedoria me deu um exemplo de mulher guerreira em busca de sua realização. Acredito ter conquistado uma companheira para contribuir na ampliação de minha rede territorial de amigos e na produção de meu espaço geográfico. Aos anjos, Christian e Sadeck, que aceitaram o desafio de me ajudar nos momentos mais críticos dessa jornada. Que a luz que ilumina a minha vida seja sempre compartilhada com vocês.

Aos Professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Geografia, em especial aos Professores Saint-Clair Cordeiro e Márcia Pimentel pela ampliação de minha visão acadêmica, e a Marlene que cuidou de nós com uma serenidade incrível.

A todas as pessoas que negligenciei neste agradecimento, saibam que o legado deixado por todos nunca será esquecido, pois figura como peça fundamental na construção de minha vida profissional e sempre agradeço a Deus a contribuição de vocês.

Michelle Sena da Silva
Belém, 03 de agosto de 2008.

O reconhecimento dos limites ambientais dos modelos de desenvolvimento, até então hegemônicos, vem impondo a necessidade de novas formas de governabilidade sobre o ambiente, introduzindo paulatinamente a temática do meio ambiente nas agendas políticas.

Sarita Albagli

RESUMO

SILVA, Michelle S. MUNICÍPIO E GESTÃO DO TERRITÓRIO: Os Impactos da 2ª etapa da UHE nas ações locais de abastecimento de água em Tucuruí (PA). Belém: UFPA/IFCH/PPGEO, 2008.

A problemática da água abarca duas questões capitais: de um lado temos a inerência do uso múltiplo da água no processo de reprodução e sobrevivência da humanidade, e de outro, a intensificação da valorização da natureza como mercadoria. Nas áreas de maior concentração populacional e de uso diversificado e intenso dos recursos hídricos, regiões industriais dos países centrais e de países como o Brasil a escassez torna-se cada vez mais evidente. A distribuição irregular dos recursos hídricos acentua ainda mais a problemática da água. Em vistas a contribuir com o debate, tomamos como objeto de análise a cidade de Tucuruí, palco de profundas transformações sócio-espaciais, motivadas pela construção e ampliação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí no período entre as décadas de 1970 e 1990. Busca-se entender o papel da administração municipal na estrutura política de gestão dos recursos hídricos, utilizando como exemplo a rede de abastecimento e a multiplicidade do uso da água na cidade de Tucuruí. Essa análise se assentará no desempenhado pelo município para a gestão territorial a partir dos rebatimentos da 2ª etapa de construção da UHE – Tucuruí.

Palavras-chave: Município. Gestão do território. Recursos hídricos

ABSTRACT

SILVA, Michelle S. MUNICIPALITY AND TERRITORY MANAGEMENT: The impacts of the second phase of the construction of the Hydroelectric Power Plant of Tucuruí in the local water supply decisions in Tucuruí (PA). Belém: UFPA/IFCH/PPGEO, 2008.

The water problems involves two main questions: on one side we have the need for water in the process of survival and continuity of humanity, and on the other, the growing of nature as a commodity. In places with bigger population growth and intensive e diversified use of hydric resources, like the industrial regions of central countries and countries like Brazil, the scarcity of water becomes more evident each day. The irregular distribution of hydric resources increases even more the water problem. Wanting to help in this discussion, we have used the town of Tucuruí, place of deep social and spatial transformations, due to the construction and subsequent increase of the Hydroelectric Power Plant of Tucuruí, on the 70's and 80's of the XX century. We try to understand what role the County Administration had in the public structure of management regarding the hydric resources, using as an example the network of water supply and the many uses for water in the city of Tucuruí. This analysis will center in the role played by the municipality in the management of the territory after the effects of the second phase of the construction of the Hydroelectric Power Plant of Tucuruí.

Keywords: Municipality, Territory Management, Hydric resources.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANA	Agência Nacional de Água
CEF	Caixa Econômica Federal
CNRH	Conselho Nacional de Recursos Hídricos
COSANPA	Companhia de Saneamento do Pará
EFT	Estrada de Ferro de Tucuruí
ELETRONORTE	Centrais Elétricas do Norte
GETAT	Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins
MMA	Ministério do Meio Ambiente
PERH	Política Estadual de Recursos Hídricos
PNRH	Política Nacional de Recursos Hídricos
SAAE	Sistema Autônomo de abastecimento de Água
SPEVEA	Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia
SRH	Secretaria de Recursos Hídricos
UHE	Usina Hidrelétrica

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA

Figura 1 – Capitação do km 4	93
Figura 2 – Horticultura irrigada pelo igarapé	93
Figura 3 – Uso doméstico	94
Figura 4 – Adensamento Populacional	94
Figura 5 – Serraria	95
Figura 6 – Estrutura de Lazer no km 4	95

MAPA

Mapa 1 – Contexto Regional de Tucuruí	64
Mapa 2 – Expansão Urbana em Tucuruí e uso do solo	77
Mapa 3 – A Rede de Abastecimento e o uso múltiplo da Água	89
Mapa 4 – Carta do Uso da Água em Tucuruí	92

QUADRO

Quadro 1 – O município no contexto das Constituições Brasileiras	58
Quadro 2 – Área de Tucuruí no contexto das transformações econômicas e políticas no Sudeste Paraense	67
Quadro 3 – Origem e fragmentação territorial na área de Tucuruí	74
Quadro 4 – Gestão da água na cidade de Tucuruí (PA), 1940 – Atualmente.	87
Quadro 5 – Sistema de Abastecimento Urbano na cidade de Tucuruí (PA)	90

TABELA

Tabela 1 – Processo migratório em Tucuruí	72
Tabela 2 – Evolução demográfica de Tucuruí	80

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO DO TEMA	13
1.1	Problemática	16
1.2	Justificativa	17
1.3	Objetivos	18
1.3.1	<i>Objetivo Geral</i>	18
1.3.2	<i>Objetivos Específicos</i>	19
1.4	Procedimentos Metodológicos	19
2	MUNICÍPIO E GESTÃO TERRITORIAL: ACEPÇÕES TEÓRICAS ACERCA DAS ESCALAS DE ATUAÇÃO POLÍTICA	24
2.1	A dimensão política da escala municipal	27
2.2	A emergência da escala local no âmbito da Geografia e das Políticas públicas	33
3	PACTO FEDERATIVO: O QUE PODE E O QUE DEVE SER FEITO PELOS MUNICÍPIOS NO PLANEJAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL	41
3.1	O município e o território no Brasil a partir das Cartas Constitucionais	42
3.2	Reordenamento político-institucional de 1988: o município como protagonista do desenvolvimento local e das políticas públicas	49
4	MUNICÍPIO DE TUCURUÍ: GÊNESE E TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS	60
4.1	Uma tentativa de periodização do crescimento de Tucuruí	62
4.2	As transformações espaciais e o reordenamento do uso do território	68
5	A PROBLEMÁTICA LOCAL: OS IMPACTOS DA 2ª ETAPA DA UHE – TUCURUÍ NA GESTÃO LOCAL DOS RECURSOS HÍDRICOS	81
5.1	A PNRH e PERH: em direção a descentralização	82
5.2	A experiência local da água: multiplicidade de gestão e uso	85
6	CONSIDERAÇÕES	97
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	102

1. APRESENTANDO O TEMA

O processo de desenvolvimento social sempre esteve pautado na apropriação do espaço e na utilização de recursos naturais, sendo que na contemporaneidade estes processos se efetivaram em moldes altamente predatórios, privilegiando o aspecto meramente econômico do processo sem relevar os aspectos sócio-ambientais. Tal fato ocasionou numa ruptura entre sociedade e ambiente.

A complexidade dos problemas sócio-ambientais, vivenciados pelas sociedades modernas, exige mais do que medidas que busquem resolver problemas a partir dos seus efeitos, ignorando ou desconhecendo suas causas. Com isso, torna-se cada vez mais necessário a realização de análises, que envolvam as diretrizes que ordenam e gerem o território e as relações dessas materializações com o ambiente, assim como, os direcionamentos efetivados a partir da proposta de desenvolvimento a ser seguida.

Inseridos no bojo dessas preocupações percebe-se a emergência de discussões referentes à municipalização da gestão territorial como princípio indutor das premissas que envolvem as propostas, diretrizes e ações do poder público na efetivação de políticas públicas cujo âmbito de materialização é o município. Essas considerações emergem em um cenário de redefinição político-administrativa do Estado, emergência da preocupação com a degradação ambiental, transformações político-territoriais e reestruturação produtiva.

Desta forma, o município de Tucuruí, localizado na mesorregião do Sudeste Paraense, demonstra-se como um campo fértil para a realização de análises que levem em consideração a inserção da problemática territorial no bojo das políticas públicas emanadas da administração pública local. Haja vista, a gama de impactos causados ao ambiente municipal, que se intensificaram com a implantação da Usina da Hidrelétrica de Tucuruí nas décadas de 1970 a 1990 e que repercutem até os dias atuais.

No âmbito do debate contemporâneo sobre a relação entre sociedade e meio ambiente, alguns recursos naturais assumem dimensões específicas transformando-se em uma preocupação central no que diz respeito às possibilidades futuras de desenvolvimento das sociedades humanas como os recursos hídricos.

Segundo BECKER (2003, p. 162), a problemática da água está sendo percebida e anunciada como uma verdadeira catástrofe mundial, a ponto de lhe ser atribuído um valor estratégico similar ao do petróleo no século XX, daí a denominação de 'ouro azul'.

A problemática da água abarca duas questões capitais: de um lado temos a inerência do uso múltiplo da água no processo de reprodução e sobrevivência da humanidade, e de outro, a intensificação da valorização da natureza como mercadoria. Nas áreas de maior concentração populacional e de uso diversificado e intenso dos recursos hídricos, regiões industriais dos países centrais e de países como o Brasil a escassez torna-se cada vez mais evidente. A distribuição irregular dos recursos hídricos acentua ainda mais a problemática da água.

Determinações múltiplas concorrem para que os recursos hídricos se constituam uma questão relevante, merecendo a preocupação da sociedade em geral na Amazônia. Além da construção de usinas hidrelétricas, alterando a hidrologia regional, da garimpagem ao poluir os recursos hídricos assim como da agropecuária com o intenso desmatamento de matas ciliares, o crescimento e a concentração populacional e a urbanização são elementos partícipes dessa problemática. No contexto urbano, a escassez da água é, sobretudo, gerada socialmente, por dois motivos: o incremento do consumo habitacional e industrial e a ampliação da área urbanizada, com a conseqüente impermeabilização da superfície, assim como a pressão sobre os mananciais pela diversificação de seus usos.

Em vistas a contribuir com o debate, tomamos como objeto de análise a cidade de Tucuruí, palco de profundas transformações sócio-espaciais, motivadas pela construção e ampliação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí no período entre as décadas de 1970 e 1990. Busca-se entender o papel da administração municipal na estrutura política de gestão dos recursos hídricos, utilizando como exemplo a rede de abastecimento e a multiplicidade do uso da água na cidade de Tucuruí. Essa análise se assentará no desempenhado pelo município para a gestão territorial a partir dos rebatimentos da 2ª etapa de construção da UHE – Tucuruí.

1.1 - Problemática

O debate acerca da escala local como nível de análise da reestruturação territorial tem sido realizado nos diversos ramos científicos como princípio para o entendimento das repercussões das transformações político-econômicas e sócio-ambientais, para as sociedades contemporâneas. Para se entender a problemática territorial isso não é diferente, haja vista as possibilidades de se efetivar um diagnóstico ambiental muito mais preciso e de acessível monitoramento.

Apresentamos como discussão inicial às análises efetivadas pela Geografia acerca da problemática ambiental preocupação está que sempre foi considerada a partir do desenvolvimento das sociedades históricas para explicar a materialização humana e suas impressões sobre o espaço, tendo como base dessa discussão a necessidade inerente do homem de intervir no meio para a reprodução social. Isto se relaciona com o princípio de que a materialização da relação do homem – natureza sempre esteve balizada por processos de ordenamento territorial.

Neste trabalho parte-se do pressuposto de que o município demonstra-se como *locus* privilegiado para possibilitar a construção de políticas públicas, que reflita a preocupação cada vez maior com a questão territorial, a qual deve ser inserida nas propostas de desenvolvimento. Desta forma, torna-se imprescindível a percepção da gestão territorial municipal como uma resposta aos problemas sócio-ambientais que fazem parte do cotidiano local.

A gestão municipal deve considerar a prevenção e a minimização dos impactos negativos, advindos da implantação das propostas desenvolvimento, bem como referencial para a relativização e gestão dos conflitos sociais. Dentre as premissas que garantam a instituição da gestão territorial no âmbito municipal deve constar a conjunção das características político-econômicas e sócio-ambientais com a proposta de desenvolvimento, com isso possibilitaria muito mais gerência para atuar na proteção dos interesses da sociedade local.

No entanto, mesmo com o aumento das possibilidades de gestão por parte do município, este, em grande parte, ainda demonstra incapacidade para internalizar a preocupação ambiental e promover a proteção conservação do ambiente. Partindo

deste contexto as questões que balizam a efetivação deste trabalho tendo como base empírica o município de Tucuruí são as seguintes:

- Qual a configuração sócio-espacial do Município de Tucuruí, derivada das modificações territoriais ocasionadas pela intervenção estatal em prol do desenvolvimento regional a partir da implantação da 2ª etapa da UHE - Tucuruí, e quais os rebatimentos no aspecto sócio-ambiental?
- De que forma a gestão do território é inserida na gestão e planejamento municipal de Tucuruí tendo como parâmetro principal a gestão dos recursos hídricos através da rede de abastecimento de água?

1.2 – Justificativa

A questão ambiental deve ser tratada de forma global, considerando que a degradação ambiental é resultante de um processo social, determinado pelo modo como a sociedade apropria-se e utiliza os recursos naturais. Não é possível pretender resolver os problemas ambientais de forma isolada. É necessário introduzir uma nova abordagem decorrente da compreensão de que a existência de certa qualidade ambiental está diretamente condicionada ao processo de desenvolvimento adotado pelas nações.

A análise da relação estabelecida entre os grupos sociais e o meio ambiente no qual os mesmos se inserem sempre esteve pautada na apropriação dos recursos naturais, indispensáveis para a manutenção, expansão e desenvolvimento das sociedades. E esta questão sempre esteve presente no trabalho do geógrafo. Esta apropriação, durante muito tempo, esteve relacionada a formas menos destrutivas de relação com a natureza, mas que foi substituída à medida que o sistema de produção capitalista foi se tornando mais complexo, sobrepujando a racionalidade dos interesses econômicos e da maximização dos lucros.

A gênese de Tucuruí segue a lógica de ocupação da Amazônia de ter o rio como o principal elemento de configuração espacial. A partir dele surge o núcleo urbano após a concentração populacional acarretada pela crescente apropriação dos recursos naturais como é o caso da extração da castanha. Seguindo a lógica desenvolvimentista, herança do período militar, ocorre no município de Tucuruí a implantação do grande objeto, UHE – Tucuruí, que ocorreu entre os anos de 1975 e 1985.

A inserção da Usina Hidrelétrica na área de Tucuruí teve repercussões espaciais que ultrapassam os limites municipais. Fato este que pode ser comprovado quando levamos em consideração a área afetada pelo Lago de Tucuruí com mais de 2.840 km² de extensão. No entanto é no município mencionado que visualizamos as marcas mais latentes.

Este fato não pode ser analisado isoladamente, pois, o aumento do contingente populacional também ocorrido no período de implantação da 2ª etapa da usina explicita que não se tem uma concomitância na dotação de infra-estrutura urbana que impedisse uma depredação crescente dos recursos naturais existentes, nem tão pouco, uma ordenação territorial por parte do poder municipal que direcionasse a produção espacial ocorrida.

Encontrar o equilíbrio entre a preservação das áreas naturais e a comunidade local nas propostas de desenvolvimento requer que sejam fortalecidas ações através de diretrizes como planejamento e gestão de políticas públicas aplicadas em prol do desenvolvimento de forma que sejam colocados em prática a partir de parcerias estabelecidas entre comunidade e poder público na formação de consciência ambiental.

1.3 - Objetivos

1.3.1 – Objetivo Geral

O intuito deste trabalho busca efetivar um diagnóstico sobre a gestão territorial no bojo das políticas públicas formuladas e materializadas pelo planejamento municipal em Tucuruí, a partir da implantação da 2ª etapa da UHE - Tucuruí. E, desta forma, construir um quadro síntese sobre as reais condições que viabilizam ou não a contemplação das demandas sócio-ambientais no processo de planejamento e gestão municipal de Tucuruí, tendo como norte a rede de abastecimento de água.

1.3.2 – Objetivos Específicos

- Analisar o processo de configuração sócio-espacial do município de Tucuruí, principalmente após a materialização da 2ª Etapa da UHE - Tucuruí;
- Realizar um resgate histórico-geográfico sobre o tratamento que a questão territorial tem recebido nas práticas estatais de intervenção espacial no referido município, principalmente no que diz respeito à rede de abastecimento de água local.
- Evidenciar as especificidades deste processo no que diz respeito à apropriação do espaço e uso do recurso natural – água.

1.4 – Procedimentos Metodológicos

O modo como se processa o crescimento econômico, comprometendo o meio ambiente, seguramente prejudica o próprio crescimento, pois inviabiliza um dos fatores de produção: o capital natural. A degradação ou destruição de um ecossistema compromete a qualidade de vida da sociedade, uma vez que reduz os fluxos de bens e serviços que a natureza pode oferecer à humanidade. No entanto, as bases para essa nova proposta de desenvolvimento, não se encontram formadas.

O desafio a ser superado se pauta da construção de uma nova mentalidade ambiental que rompa com os moldes meramente capitalistas das relações homem/homem e homem/natureza. Sendo que seu intuito, em primeiro momento, se pauta em informar e sensibilizar as pessoas sobre os problemas ambientais, e possíveis soluções, existentes em sua comunidade, buscando transformar as ações desses indivíduos em participação nas decisões sobre seu futuro, exercendo desse a plena cidadania como instrumento indispensável no processo de desenvolvimento.

Pode-se considerar, portanto, desenvolvimento sustentável como o desenvolvimento que trata de forma interligada e interdependente as variáveis: econômica, social e ambiental é estável e equilibrado garantindo melhor qualidade de vida para as gerações presentes e futuras. Para Manoel (2003), a gestão ambiental constrói-se como via para a superação dos problemas ambientais ao preconizar o debate dos diversos segmentos sociais sobre a utilização dos recursos em prol de prevenir ou minimizar os problemas decorrentes do desenvolvimento econômico em base ambiental insustentável.

Uma outra questão que deve nortear o processo de gestão ambiental diz respeito às competências municipais, pois desta forma torna-se mais perceptível e viável a delimitação da proteção ambiental, considerando o poder local como a esfera mais apta para entender com eficácia às demandas por um meio ambiente ecologicamente equilibrado (GUIMARÃES, 2004). Este pensamento evidencia o encaminhamento que tem seguido a preocupação do poder público proteger o meio ambiente. Concernente a isto, prioriza-se a municipalização da gestão ambiental como princípio indutor da sistematização, elaboração e implementação de políticas públicas com características cada vez mais ambientalmente aceita.

Na análise de Canotilho *apud* Guimarães (2004, p. 68),

[...] o município, como a menor unidade federativa, por estar mais próxima dos problemas de uma determinada área e de deter os instrumentos legais para atuar de forma eficaz, mostra-se indispensável para uma atuação integrativa do meio ambiente em que haja uma comunicação articulada dos cidadãos e suas organizações com as estratégias reguladoras do ambiente.

Seguindo esta orientação, na proposição levantada por Franco (1999, p. 21), verificamos que:

Do ponto de vista prático, as municipalidades devem organizar-se tecnicamente, ter metodologias definidas para ações, sejam elas específicas, sejam com outras áreas da administração pública, ou mesmo em consórcios intermunicipais. Devem também avançar na construção de seus sistemas locais de planejamento, de licenciamento, de controle e fiscalização e conscientização ambiental, buscando mecanismos que levem a sustentabilidade de suas estruturas e a competência de suas instituições. Com isto estarão reforçando o processo democrático de construção da cidadania.

Partindo o pressuposto de que o ordenamento territorial é uma prática inerente o Estado que visa restabelecer a relação homem – natureza tendo como matriz a harmonia entre as diferentes formas de ocupação do território e o desenvolvimento econômico, entende-se o papel importante exercido pelo planejamento ambiental como instrumento essencial para a execução das políticas públicas que visem o desenvolvimento de forma a abarcar todos os aspectos sócio-econômicos, os quais emanem das diretrizes firmadas pelo município como real conhecedor das especificidades locais.

Isto significa dizer que as municipalidades, atualmente, têm a necessidade de implantar uma base de informação territorial que dinamize a aplicação de políticas públicas cuja finalidade seja a racionalização do uso dos recursos naturais, assim como, o ordenamento da apropriação do espaço geográfico, tornando viável o crescimento econômico e primando pela equidade social.

Concernente a esta problemática torna-se imprescindível entendermos a afirmação de Milaré (1999, p. 35):

O planejamento e o gerenciamento do meio ambiente são assim, divididos entre o poder público e sociedade, partilhados entre os vários setores da mesma comunidade já que o meio ambiente, como fonte de recursos para o desenvolvimento da humanidade, é por suposto uma das expressões máximas do ‘bem comum’.

Neste contexto, a realização deste trabalho apóia-se no argumento de Phillipi Jr. e Zaluf (1999, p. 49), de que:

O Planejamento Ambiental surge como o primeiro conjunto a ser desenvolvido, englobando atividades referentes à análise ambiental dos espaços e territórios do município, visando apresentar para os diagnósticos obtidos o encaminhamento de planos programas, projetos e atividades voltadas à obtenção de melhores condições ambientais.

A problematização deste trabalho requer que se realize um diálogo teórico-metodológico sobre as concepções de gestão e ordenamento territorial, para se entender como os rearranjos institucionais serão materializados a partir da inserção da lógica ambiental na implementação de políticas desenvolvimentistas que determinam a configuração territorial de um dado espaço. No caso específico será tratado o município de Tucuruí.

O caráter teórico-metodológico desta problemática preconiza averiguar o enfoque atribuído ao município como a escala principal de promoção do desenvolvimento enfatizando a inserção da questão ambiental na agenda das políticas públicas. Haja vista que, recentemente a figura do Município tem adquirido importância como escala primordial para a materialização das políticas de caráter territorial. Esses pressupostos tornam-se fundamentais para o entendimento da dimensão política do espaço ao demonstrar características próprias para a ordenação e regulação do território a partir da escala municipal.

Para que ocorra a análise do processo mencionado faz-se necessário a realização das seguintes etapas de trabalho:

1. Levantamento Documental: resgataram-se dados e documentos institucionais necessários para o diagnóstico de como foi tratada ao longo do tempo a problemática da rede de abastecimento local.

2. Levantamento Bibliográfico: primordialmente foram efetivadas análises sobre as obras que direcionaram a leitura para questões como: ordenamento e gestão do território, planejamento e gestão ambiental, administração pública e escala municipal, sustentabilidade e desenvolvimento, entre outras para a formação da base teórica da análise efetivada.

3. Sistematização das informações geográficas: integração e sistematização das informações geográficas possibilitando a visualização das características locais

4. Elaboração de bases cartográficas: a partir da análise de todo material coletado pela pesquisa será confeccionado um mapeamento que demonstre as características político-econômica e sócio-ambiental da rede de abastecimento de água do município de Tucuruí.

2. MUNICÍPIO E GESTÃO TERRITORIAL: ACEPÇÕES TEÓRICAS ACERCA DAS ESCALAS DE ATUAÇÃO POLÍTICA

Superfície terrestre, paisagem, região, território e lugar compõem o conjunto de categorias que buscam concretizar o estudo do espaço. O espaço, enquanto base de materialização da atividade humana, é a alma, é o ser, é a existência da Geografia, portanto, independente das suas inúmeras especializações, fragmentações e linhas de trabalho. *Geografia* é, antes de qualquer coisa, *espaço*. (MACHADO, s/d. Mimeo)

A Ciência Geográfica tem como objeto de estudo o espaço geográfico enquanto produto da ação humana que, pela busca da sobrevivência, para adequar-se e/ou adequar o meio de inserção para que dele saiam os recursos e as possibilidades necessários para a reprodução social.

Ao travar esta relação os diversos grupos sociais existentes propõem formas diferenciadas de uso e apropriação do espaço, daí deriva o território como campo de ação e as territorialidades como as práticas. Desta forma, o espaço é uma realidade produzida que deve ser analisada a luz das categorias espaciais que melhor podem evidenciar os processos espaciais que se pretende analisar.

As discussões que encerram a gênese da Geografia Política colocam-na como a responsável por explicitar a dimensão política do espaço, apresentando-se muito atual para se discutir o papel das unidades territoriais utilizadas pela Geografia na análise da produção espacial. No entanto tem-se que ter a noção de como trabalhar esses conceitos a luz das escalas espaciais, pois cada processo possui uma escala que melhor explica sua ocorrência.

Um pensamento que se deve levar em consideração é suscitado por Becker (1988), ao ponderar sobre a questão da relação das escalas na tomada de decisão política num momento de transição democrática, na qual são redefinidas as atribuições das escalas de poder público, pois.

As sociedades territorialmente localizadas perdem autonomia em face dos atores da escala mundial que agem segundo uma lógica global em grande parte por eles ignorada e não controlada, em unidades que por seu tamanho e sua transnacionalidade permanecem acima das pressões sociais e controles políticos, e cujas comunicações e decisões recebidas segundo a posição de cada local na rede de trocas e não segundo valores sociais e culturais. (p. 102)

Este pensamento coloca em questão o papel que as escala subnacionais exerciam antes da reformulação político-administrativa de 1988, onde elas passam a ter ampliação da atuação. Isso não quer dizer, no entanto, que estas passaram a ter total domínio sobre a agenda político-econômica de seu território, apenas tem a possibilidade de inferir decisão política sobre as políticas territoriais que moldam a configuração espacial do local.

Estas relações estão intimamente ligadas à diversidade de atores que estão atuando nas escalas diferenciadas de análise, daí termos em questão o poder como fruto ou determinação da ação desses atores que ao imprimirem suas ações no território irá construir suas territorialidades de forma a suprir suas necessidades de manutenção do território.

Concernente a isto é que nos assentamos no pensamento de Becker (1988) de que,

A questão territorial abre a perspectiva da multidimensionalidade do poder referente à prática espacial estratégica de todos os níveis, escapando da concepção totalitária de um poder unidimensional seja de um Estado, do capital ou máquina de guerra; abre espaço para imprevisibilidade derivada de particularidades do corpo social que correspondem a processos em curso em todas as escalas, inclusive local e regional, por vezes contraditórias com os processos dominantes na escala nacional e mundial, mas que neles atuam. (p. 109)

Neste pensamento fica evidente que a configuração espaço-territorial construída será resultado da relação das determinações globais que irão ser materializadas no local respeitando muitas das vezes as particularidades existentes. Por isso é equivoco acreditar que um mesmo processo irá ter as mesmas configurações espaciais sendo aplicada em porções territoriais diferenciadas. Segundo Becker (1988), “as práticas espaciais revelam a potencialidade de diferentes atores e configuram os contextos sociais e conflitos localizados como poderes locais específicos”.

2.1 – A dimensão política da escala municipal

A escolha das unidades territoriais se assenta nas determinações apresentadas por cada corrente teórico-metodológica que faz parte da história da Geografia enquanto ciência. Pensar o resgate dessas unidades nos revela a importância que cada uma representou de avanço para a consolidação da Geografia como um campo científico, de forma que possibilitou dentro de suas perspectivas uma base de análise para os processos existentes na produção do espaço geográfico.

Desta forma realizaremos o resgate das unidades territoriais que estão relacionadas com o pensamento dos teóricos, Ratzel *apud* Moraes (1990), Raffestin (1993) e Claval (1999), que se preocuparam em entender o papel do conceito território como princípio para se entender a relação homem-natureza mediatizada por um ator hegemônico, o Estado e suas relações de poder, como determinantes na configuração territorial.

Mas não só isso, pois o Estado não pode ser entendido como a única fonte de onde deriva territorialidades que são materializadas no espaço. O que ocorre é que por excelência ele, o Estado, é entendido na gênese da Geografia Política como o principal indutor e implementador das diretrizes de desenvolvimento que permearam a consolidação da ciência geográfica.

Na contemporaneidade outras unidades territoriais são utilizadas para a implementação do pensamento desenvolvimentista. Nossa preocupação não é fazer um resgate de todas as unidades, mas sim apresentar a inserção da escala local como palco possível de proposição e materialização do desenvolvimento, haja vista a importância que município assume nas últimas décadas na agenda política a nível global.

No pensamento ratzeliano, presente em sua obra *Antropogeografia* caberia à Geografia, como preocupação central, buscar o entendimento de como os povos se dispõem pela superfície terrestre levando em consideração a apropriação dos recursos naturais necessários a sobrevivência da humanidade e o condicionamento

que os fatores naturais exerceriam sobre a ação humana nesta apropriação. Ou seja, restaria tematizar as relações que impulsionaram ou frearam este movimento, as trocas que se estabeleceram entre os homens e os meios naturais de suas redes originárias e dos espaços pelos quais trafegavam. (RATZEL *apud* MORAES, 1990).

Como norteadores deste pensamento destacamos três princípios que direcionavam o olhar geográfico sobre o fenômeno do progresso social, o qual se assentava na relação de intimidade existente entre os povos e o meio nos quais se inserem pautando-se na conscientização social de utilização da natureza.

Esses princípios seriam “a ação dos elementos naturais sobre a evolução da sociedade, a distribuição das sociedades sobre a superfície terrestre e a formação dos territórios”. (RATZEL *apud* MORAES, 1990). E a junção desses elementos definiria a configuração territorial posta para cada sociedade em determinado período histórico.

Nesta concepção o território seria uma área delimitada pela apropriação de um determinado grupo, sendo que a partir da posse atribuiria uma identidade, a qual seria denominada identidade territorial. Este conceito estaria diretamente relacionado com a concepção de espaço vital, o qual preconiza a necessidade territorial de uma sociedade tendo em vista seu equipamento tecnológico, seu efetivo demográfico e os recursos naturais disponíveis. Esta seria a composição que configuraria a porção espacial do planeta necessária a reprodução social.

Um agente interessante incorporado nesta concepção é o Estado Moderno, cuja gênese esta relacionada com a necessidade de uma sociedade em efetivar a função de defesa sobre o espaço vital, haja vista que as necessidades humanas de habitação e alimentação determinariam a propriedade de um espaço relativo e com isto o território seria então produto da capacidade de organização político-societal de um determinado grupo.

É neste contexto que a figura do Estado aparece como o impulsionador do progresso da sociedade, pois age no direcionamento da produção do espaço resultante do trabalho humano. Parte-se, então, da premissa de que o surgimento do Estado está diretamente relacionado a necessidade de um grupo se organizar

politicamente no espaço e tomando posse do mesmo por questões de sobrevivência.

Da mesma forma, a feição apresentada pelo Estado deriva do estágio de desenvolvimento que uma sociedade tem em relação ao espaço que habita, ou seja, o espaço encerra as condições do trabalho da sociedade, que aumentam progressivamente com o seu desenvolvimento, logo, a questão do domínio do espaço ocupa lugar central na história (RATZEL apud MORAES, 1990).

Outro importante teórico da Geografia Política, Claude Raffestin (1993), insere na questão referente a produção do espaço e a apropriação do território a discussão sobre Poder entendendo-o como parte intrínseca de toda e qualquer relação, ao configurar-se como o alicerce móvel das relações de forças que estão em consonância para a configuração sócio-territorial posta em determinado tempo e espaço, os quais são organizados pela combinação de energia e informação.

Na formulação de Raffestin (1993), a Geografia Política enfatizaria primordialmente três elementos: a população, de onde emana todo o poder e a capacidade de proceder a ação para a transformação; o território, entendido como a cena do poder e o lugar de todas as relações; e os recursos, que determinam e direcionam o alcance da ação. Estes seriam os trunfos do poder com possibilidades de formarem redes relacionais, sendo que o poder instituído ao Estado visaria a dominação sobre os homens e as coisas.

Para este autor o território seria o espaço onde foi projetado o trabalho humano, seja em forma de energia e/ou informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. Ou seja, a construção territorial se conforma na configuração de tessituras, nós e redes constituintes do sistema territorial, enquanto delimitação dos campos operatórios determinados por uma prática espacial.

Concernente a isto o território é um trunfo particular, recurso e entrave, continente e conteúdo, tudo ao mesmo tempo; é o espaço político por excelência, o campo de ação dos trunfos de poder (RAFFESTIN, 1993), sendo que o enquadramento do poder, através das tessituras, nos revela que o caráter mais estável destas pode ser mais bem identificado nos limites político-administrativos do

que nos de caráter econômicos. Haja vista a intensa mobilidade com que os processos econômicos se processam.

Raffestin (1993) enfatiza este pensamento ao afirmar que,

A grande diferença entre malha política e malha econômica esta no fato de que a primeira resulta de uma decisão de um poder ratificado, legitimado, enquanto a Segunda resulta de um poder de fato; as tessituras políticas não se desfazem, não se apagam tão facilmente como as tessituras econômicas [...] A tessitura política se transmite e se herda com mais facilidade que a tessitura econômica, pois é a expressão de um estado de direito, de soberanias, mais que de ações contínuas, como no domínio econômico. (44-45).

Levando em consideração que as tessituras derivam de um enquadramento do poder e que a organização territorial está pautada na materialização desta no espaço é possível entender a relação que queremos estabelecer entre o homem e o meio, colocando a problemática da unidade territorial local como um princípio para se efetivar uma proposta de desenvolvimento que parte do âmbito localizado para a ação do agente indutor do desenvolvimento, o Estado.

No período atual, chamado por muitos de Pós-modernidade, onde a rapidez com que os fluxos de energia, de informação e capital ocorrem, a tendência é pensar que o tempo passa a ser o principal ordenador relações sociais, políticas e econômicas em detrimento do espaço. Nós vivemos num mundo em que as pessoas não sabem mais o que elas são, mas em que as felicidades de comunicação e de deslocamento multiplicam os pontos de referência em que se pode ancorar. (CLAVAL, 1999).

É neste entendimento que não se pode negar que a toda e qualquer relação, permeada ou não por fluidez, é inerente a existência de uma base material. Desta forma o espaço geográfico e o território não deixam de existir, apenas torna-se necessário serem repensadas as formas de apreensão da realidade adequando-se as novas premissas que relativizam a compreensão da relação espaço-tempo.

Uma grande contribuição é dada quando CLAVAL (1999) afirma que, na contemporaneidade é aos lugares e àquilo que os diferenciam que muitos se referem para dizer o que eles são e em que se distinguem uns dos outros. É nesta

concepção que se verifica a importância que a escala local de base material adquire nas discussões acadêmicas relativas a reestruturação política, econômica e social que está se processando atualmente.

Inserir-se nesta construção o conceito de identidade, no qual a dimensão simbólica de pertencer a um determinado espaço a partir da materialização da existência humana. Desta forma a geografia estaria intimamente relacionada com o enraizamento humano cristalizado pelas representações coletivas que se encerram a partir dos lugares.

Falar em território em vez de espaço é evidenciar que os lugares nos quais estão inscritas as existências humanas foram construídas pelos homens, ao mesmo tempo pela sua ação técnica e pelo discurso que mantinham sobre ela. As relações que os grupos mantêm com o seu meio não são somente materiais, são também de ordem simbólica, o que os torna reflexivo. (CLAVAL, 1999).

Isto significa que a dimensão geográfica está intimamente relacionada com a construção da identidade de um grupo em elo direto com o território que o mesmo usa e apropria. Pois, a identidade territorial se pauta na representação social, na produção cultural e nas estratégias identitárias. Estes componentes configuram o sentimento de pertencimento do indivíduo para com o território.

O entendimento das transformações na estruturação da realidade pressupõe que haja compreensão de que as possibilidades e determinações da dinâmica político-econômica em escala global irão apresentar materializações de ordem político-social nas menores estruturas de organização territorial.

No bojo desses acontecimentos podemos entender que a territorialidade, como prática social de apropriação, irá sofrer repercussões derivadas das transformações contemporâneas. Verifica-se, então, a reafirmação da identidade cultural de um grupo a partir da exacerbação de formas simbólicas que os coletivizam e individualizam concomitantemente e que dão forma para a ação humana.

Para o território essas derivações irão concorrer para a sua configuração espacial e para a forma específica que o grupo utilizará para materializar o uso e a apropriação do espaço, e assim dispor de um controle territorial que o diferencia dos

demais. O conflito que comumente ocorre é que num determinado território é possível a materialização de diversas territorialidades produto de identidades diferenciadas, as quais são justapostas e conflituosas. (CLAVAL, 1999).

No âmbito das políticas escalares verificou-se que no início do séc. XX as relações desenvolvimentistas eram travadas entre a escala nacional e internacional. Atualmente essa questão é assistida entre o global e o local, no qual enfatizamos o papel a ser desempenhado pelo município, território local, como implementador das políticas públicas gestadas a nível global.

Desta forma é instituído ao município um papel central, haja vista que,

No Brasil, a estrutura de gestão político-administrativa mais próxima do cotidiano social é o Município e sendo esta a escala onde a atuação do poder público se apresenta mais perceptível, este se torna um objeto de análise privilegiado para se compreender as diversidades espaciais que correm no território brasileiro, já que se acredita que a atuação do poder público municipal, além de afetar a dinâmica sócio-econômica da circunscrição territorial local, reflete-se e influi no quadro sócio-espacial que se configura no País. (RODRIGUES, 2002. Mimeo.).

Verifica-se, então, o pensamento de que o município passa a ter um papel privilegiado para atuar nos processos de desenvolvimento, haja vista, a importância que o mesmo passa a ter com a reforma administrativa vigente no país a partir da década de 80. E isso não só no aspecto político administrativo, como também no meio acadêmico principalmente. Vários ramos da ciência passam a ter o município como escala primordial de estudo.

Partimos do pressuposto levantado por Callai (1997), ao aferir que o município

É uma escala de análise que permite que tenhamos próximos de nós todos aqueles elementos que expressam as condições sociais, econômica, políticas de nosso mundo. É uma totalidade, considerada no seu conjunto, de todos os elementos ali existentes, mas que, como tal, não pode perder de vista a dimensão de outras escalas de análises. (p.11)

Isto demonstra que, as especificidades apresentadas pela escala municipal possibilitam a construção de diretrizes de desenvolvimento que respondam às demandas locais em prol do amplo desenvolvimento dos diversos atores sociais que compõe o território, através da aplicação de uma gestão democrática, com participação maciça da sociedade civil organizada, efetivando um planejamento

estratégico que atenda as especificidades locais impulsionando o desenvolvimento em aspecto amplo.

A partir dessas construções é que se detém no estudo do município de Tucuruí que teve suas especificidades exacerbadas a partir da implantação da UHE – Tucuruí. O mesmo se apresenta como um campo de análise interessante ao problematizar sobre as diversas formas de materialização do desenvolvimento para o local, bem como as externalidades que delas emergiram.

A reestruturação produtiva pela qual passou o município nas últimas décadas demonstra as contradições do modelo de desenvolvimento implantado, juntamente com as marcas modernizantes que o acompanham que podem ser facilmente visualizados na configuração espacial da área.

2.2 – A emergência da escala local no âmbito da geografia e das políticas públicas

Uma questão que tem se efetivado na atualidade diz respeito à concepção da escala de ação prioritária para a gestão e o planejamento das políticas públicas de desenvolvimento. Na Geografia Política Clássica privilegiava-se a escala do Estado-Nação enquanto escala de materialização das diretrizes desenvolvimentistas, sendo resquício do processo de sistematização da Geografia enquanto ciência.

Atualmente a escala local tem sido privilegiada assumindo várias atribuições políticas que antes se efetivavam na escala nacional. Com isso,

A importância estratégica do local como centro de gestão do global no novo sistema técnico-econômico pode ser apreciada em três níveis principais: o da produtividade e competitividade, o da integração sócio-cultural e o da representação e gestão política. (BORJA e CASTELLS apud VAINER, 2001, p. 17).

É inegável a ampliação das possibilidades da escala local, município, para agir de acordo com os preceitos globais de atrair para o seu território empresas que construam um cenário de competitividade que possa agir no desenvolvimento do local. De outra forma, esta escala de atuação tem como diferencial oferecer um ambiente integrado culturalmente, enraizado de identidade cultural.

Esses dois princípios irão ao encontro dos interesses do Estado em recomposição ao possibilitar que o mesmo cumpra de maneira eficaz as funções capitalistas de acumulação e legitimação, tornando-se impermeável perante as demandas sociais e fortalecendo sua hegemonia e governabilidade.

Cada vez mais estão sendo colocados desafios para a ciência o qual seja o de entender de que forma estão sendo materializadas as articulações entre as escala globais e locais levando em consideração a globalização da economia, a competição por mercados e a inovação tecnológica que configuram as formas espaciais, e, sobretudo na escala local.

A recomposição social em torno ao local seria resultado da perda da eficácia reguladora das estruturas e instituições do Estado-Nação como referente unificador da regulação do território. Por um lado, as pressões do capitalismo global demandariam medidas supranacionais (continentais) e, por outro, a crise de legitimidade do capitalismo exigiria medidas intranacionais (locais e regionais). (ACSELRAD, 2002: p. 39).

Se de um lado a emergência da escala local é sinal da fragilidade do Estado em se adequar as grandes transformações no mundo contemporâneo esta mesma situação poderia ser a essência da nova configuração que o mesmo passa a desenvolver em suas atuações econômicas, políticas e sociais, haja vista que,

No âmbito das políticas públicas, difundiu-se a crença na racionalidade que decorre dos ajustes de mercado e das negociações efetuadas em espaços decisórios segmentados; encurtaram-se os horizontes temporais das decisões concertadas; substituiu-se a política operadas em escalas abrangentes pelos procedimentos técnicos acionados em escalas locais e fragmentárias. (ACSELRAD, 2002: p. 34).

Isso deixa clara a possibilidade de se pensar no município como ponto de análise que leve em consideração o entendimento de como as determinações de caráter global se materializam assumindo formas específicas. Haja vista entendê-lo

como o um ente federativo possuidor de um aparato transformador de espaços locais ao aproximar o poder público do cotidiano social (RODRIGUES, 2002, mimeo).

Essa aproximação ocorre de forma a possibilitar a permanência da alteridade em nível local, embora sob influência da força universalizante da circulação do capital (ALBAGLI, 1999). Concernente a isso, a materialização de todo e qualquer fenômeno se dará de maneira diferenciada sempre devido às especificidades locais que levam em consideração a construção histórico-social de cada porção territorial.

Trata-se, então, de atentar para o polimorfado espaço e para o fato de que os fenômenos sociais definem-se também a partir da relação com o seu meio de referência, do mesmo modo em que se articulam nas diferentes escalas. (...). O Estado-Nação ainda que tendo o seu papel modificado diante do processo de globalização, tem suas responsabilidades ampliadas no tocante ao desenvolvimento e à implementação de políticas nacionais orientadas para promover uma intervenção coordenada nos planos global, nacional e regional/local. (ALBAGLI, 1999, mimeo)

Anteriormente as formulações preconizavam o Estado como o único indutor e materializador das propostas de desenvolvimento. Essa concepção sofre mudanças com as transformações que ocorreram a nível mundial e que se tornam perceptível no Brasil com a nova configuração do Estado que passa do Nacional-Desenvolvimentista ao Estado Mínimo. Neste contexto, a gestão municipal está sendo vista como um caminho para um novo modelo de regulação entre Estado, mercado e sociedade, diante da crise do Estado-Nação. (FERREIRA, s/d)

A redefinição do pensamento desenvolvimentista configura-se com a emergência da discussão sobre a promoção do desenvolvimento a partir das potencialidades endógenas, apresentando as especificidades locais como fator primordial para a materialização do desenvolvimento, o local constitui suporte e condição para relações globais: é nele que a globalização se expressa concretamente e assume especificidades (ALBAGLI, 1999, mimeo.).

Não se pode negar importância às determinações de caráter generalizado como a reestruturação econômico-produtiva, que propõe uma redefinição do papel

atribuído ao Estado, e conseqüentemente a reafirmação de uma sociedade mais cidadã, ambas produzidas pela globalização.

Essas determinações compõem a emergência das novas configurações sócio-espaciais que se apresentaram em cada território, juntamente com a singularidade apresentada por cada parcela espacial. O importante é considerar-se que a gestão local com participação social é o casamento perfeito para garantir vida no município. (FERREIRA, s/d)

Dentro dos princípios que regem o período atual tanto a ciência como outros campos da vida cotidiana irão primar por analisar as configurações sócio-espaciais de âmbito localizado, elevando o município como a escala de análise principal para se entender como as sociedades têm processado as grandes transformações em seus territórios, partindo de outro referencial espacial que não seja o do Estado-Nação.

Desta forma, nos assentamos no pensamento desenvolvido por

A realidade da sociedade moderna já condenou o modelo normativo tradicional, que centraliza suas ações a serem desenvolvidas hierarquicamente e de cima para baixo. Busca-se construir gestões mais participativas, que adotem posturas flexíveis se possível horizontalizando as ações, desde o planejamento até a execução. A participação os usuários e interlocutores em todo o processo de negociação e tomada de decisões é a legítima base de sustentação das ações do governo municipal. (FERREIRA, s/d).

No cenário global atual apresentam-se dois modelos econômico-políticos, os quais determinam funcionalidades distintas e específicas para o desenvolvimento local. De acordo com ALBAGLI (1999), de um lado temos na fundamentação teórica neoliberal a inserção competitiva enquanto padrão de desenvolvimento nacional/regional/local e enquanto estratégia de posicionamento vantajoso dessas distintas unidades político-territoriais ante a globalização. De outro, baseado na tese de desenvolvimento sustentável, o qual se projeta a partir de evidências sobre os limites sócio-ambientais dos padrões atuais de produção e consumo, apresentando-se como alternativa a via capitalista dominante.

A análise das abordagens apresentadas considera que mesmo com a diferenciação do papel atribuído ao local, ora configurando como componente essencial para a reprodução capitalista, ora como elemento de transformação sócio-político-econômico, em ambos o desenvolvimento local é entendido como inovador, considerando os modelos de desenvolvimento vigente.

BRAGA (1999), alerta para a necessidade de se perceber a lógica que está por trás do projeto de desenvolvimento local a ser implantado, pois, se a lógica preponderante é a de solidariedade, a participação e a gestão local saem fortalecidas preservando seu conteúdo de cidadania e equidade. Mas, se a lógica é de mercado, a participação funciona somente para legitimar os interesses capitalistas dominantes.

A construção de uma agenda que atenda aos princípios do desenvolvimento com base na sustentabilidade deve levar em consideração algumas premissas como a erradicação da pobreza, a utilização de recursos renováveis, o uso racional dos recursos não-renováveis, e de caráter social, construir bases descentralizadas do poder público como forma de fortalecer os poderes localizados, que vem sendo defendidas por vários ramos acadêmicos, enquanto democratização na utilização dos recursos disponíveis.

A carga ideológica que acompanha o desenvolvimento local configura-se como contraponto a intensificação do processo de exclusão social que vigora nas sociedades atuais, é o perceptível no pensamento de BAVA (1996) quando este afirma que:

O tema do desenvolvimento local ganha importância no cenário de redemocratização do país como uma alternativa de intervenção articulada de novos atores sociais e políticos 'na reorientação da ação do Estado', no sentido de atender aos objetivos de construção da cidadania e da melhoria da qualidade de vida dos brasileiros. Neste sentido, coloca-se como um novo patamar de um processo de lutas sociais (p. 57).

Uma questão de deve ser levantada refere-se ao sentido dual existente no discurso do desenvolvimento local. De um lado, temos a transferência da responsabilidade de responder as demandas sociais, que o Estado não tem mais

capacidade (ou não quer ter), transferindo para as escalas subnacionais do poder público essas atribuições, ou seja, repassa para os governos locais a gestão dos conflitos advindos no bojo das demandas insatisfeitas. E de outro, a reorientação dos objetivos e ações do Estado no sentido de viabilizar a implantação de um projeto de desenvolvimento condizente com o caráter humano e sustentável, que para a sua realização necessitará de um conhecimento das especificidades locais e da mobilização dos poderes sociais localizados.

As transformações de caráter econômico, político e social que ocorrem em escala global não se materializam concomitante no Brasil. As repercussões serão visíveis a partir da década de 80, e mais forte na década de 90, quando os preceitos desenvolvimentistas do Estado dão margem para a emergência dos questionamentos acerca da descentralização como um fator de diminuição das atribuições estatal.

Essas mudanças influenciam o Brasil da seguinte forma: na área econômica, ocorreu um intenso processo de abertura econômica e a busca por uma maior integração regional que poderá propiciar uma maior competitividade do país na inserção do mesmo na economia-mundo; no âmbito estatal, teve-se uma crise de governabilidade acarretada pela falta de recursos orçamentários, com cortes de gastos, e uma crescente pressão social propiciada pela redemocratização, em busca de mais e melhores serviços públicos.

O processo de descentralização que vigorou na América Latina, materializado no Brasil, caracteriza-se por uma crescente transferência, por parte dos Estados, da gestão dos conflitos provocados pelas demandas sociais para os governos locais, sendo que não há uma real correspondência entre os encargos e a base financeira transferidas a nível local que suporte as novas competências do poder público municipal.

As dimensões que fundamentam a proposta de desenvolvimento local levam em consideração os aspectos econômicos, sócio-culturais, político-institucionais e ambientais, que agem a partir das especificidades locais como um novo ponto de partida para o desempenho dos territórios locais. E a finalidade deve ser a melhoria

da qualidade de vida. Para que isso ocorra torna-se necessário que haja uma maior participação da sociedade local nas esferas de poder público.

Pois, em se tratando de desenvolvimento local revela-se a inexistência de padronização das propostas desenvolvimentistas, cuja materialização requer uma mudança na forma na forma de gestão pública, pois, a competência maior dos gestores é de desenvolver ações em prol de dinamizar o desenvolvimento enquanto articulador da participação democrática da sociedade local.

A descentralização pode ser caracterizada como um instrumento do Estado em busca de hegemonia e legitimidade. Esta ação serviria para conter os conflitos que emergem num cenário de crise e reestruturação estatal, ocasionado pela abertura política advinda do processo de redemocratização. Estas reconfigurações concorrem para a redefinição da escala local, enquanto *locus* por excelência da materialização dos anseios sociais em busca de cidadania, relacionando-o com a emergência de uma nova concepção de desenvolvimento, que prioriza as especificidades endógenas na construção de uma sociedade mais igualitária.

A mudança do caráter político administrativo das esferas de poder público, evidenciando a importância que a esfera municipal adquire enquanto escala de governo, é uma maneira de percebermos como as exigências de caráter global, juntamente com as especificidades locais, concorrem para a formação das novas configurações territoriais emergentes nas últimas décadas. E que pode ser bem visualizadas na construção espaço-territorial de Tucuruí

O processo de fortalecimento do município, enquanto *locus* primordial de atuação do poder público na aplicação de políticas públicas, está inserido numa problemática maior que envolve a crise do Estado, a redefinição do papel exercido pela esfera municipal, bem como os rearranjos que ocorrerão para a implementação de uma política de desenvolvimento econômico-social que permeia a sociedade em âmbito mundial e que se materializa localmente.

Partindo do pressuposto levantado por BECKER (1988) de que a escala geográfica é um princípio de organização, é um princípio instigador, focalizando os vários processos em curso de forma integrada, bem como a forma como se manifestam em diferentes ordens de grandeza, entendemos o jogo de poder que permeia os processos de determinações escalares.

A relação estabelecida entre a escala do Estado-Nação e a escala local conforma-se a partir da complementaridade no qual a premissa da contradição, ao desenvolver ações em prol da produção e gestão a acumulação determina ações diretas sobre o local, que se configura como essencial para as atividades cotidianas de uso e apropriação de um determinado espaço tornando-o território.

É a partir desta lógica que analisamos a inserção da UHE – Tucuruí na área do município. No entanto, enfatiza-se que mesmo que as proporções territoriais de tal projeto se dêem numa escala intermediária entre o Estado-Nação e o local, a região, optou-se por deter-se no local, Tucuruí, por este apresentar configurações espaciais que nos permite realizar através de um quadro comparativo entre os diferentes momentos históricos, análise da forma como este território foi usado em favor do desenvolvimento nacional.

Seguindo a lógica da inter-relação entre as escalas ALBAGLI (1999) afirma que as escalas territoriais, por sua vez, do local ao mundial, conferem especificidades às práticas que sobre elas intervêm, expressando distintos níveis de interesse e solidariedade, do mesmo modo que tais escalas e práticas encontram-se, cada vez mais, mutuamente referenciadas e embricadas.

Inserido nas transformações gerais de cunho político, econômico e social verifica-se um movimento que direciona as discussões acerca da unidade territorial para a gestão do desenvolvimento. O município se configura como o território político, étnico-cultural, social e econômico onde as relações entre sociedade e natureza mediatizadas pelo Estado se processam de maneira mais plena.

3. PACTO FEDERATIVO: O QUE PODE E O QUE DEVE SER FEITO PELOS MUNICÍPIOS NO PLANEJAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL

Neste mundo, onde o distante tornou-se próximo e os contrastes revelaram-se em cores fortes, o conceito de Estado-Nação vem sendo freqüentemente revisto e as mudanças que nele se verificam vêm impondo alterações na proposta de ação, na configuração e nas relações institucionais que conformam cada Estado. (...) o poder hegemônico que esses estados exerciam desde o Renascimento, vem sendo redistribuído, dando lugar a outros atores que emergem dos novos rearranjos de poder nas diversas sociedades. (SANTOS, s/d).

As transformações que ocorrem a nível mundial colocam em discussão o papel atribuído ao Estado-Nação como escala principal para a promoção do desenvolvimento. Isto revela o período de transição que redefine as escalas de atuação do poder público. Entendido como um processo generalizante, este terá que se inserir no contexto nacional, que segue a lógica também estabelecida com a redemocratização e a crise fiscal-financeira vivenciada pelo estado brasileiro.

A preocupação neste capítulo é o de apresentar a redefinição do Estado, a partir da descentralização e a reconfiguração do município no cenário político brasileiro. Estes processos estão pautados nas transformações de cunho político econômico e social a nível global que se materializam e demonstram os rebatimentos territoriais, sendo que serão inseridos no cotidiano social dos grupos envolvidos.

3.1 – O município e o território no Brasil a partir das Cartas Constitucionais

Fazendo um quadro evolutivo do município enquanto resultado de um processo histórico, nos atemos na diferenciação do poder político-administrativo do município, que sempre derivou dos interesses do poder central. Concernente a isto, percebe-se que durante o Período Colonial o que se efetivou, no tocante à esfera de poder local, foi a implantação de um modelo importado da Metrópole portuguesa.

A evolução do município brasileiro como instituição governamental foi, por um lado, condicionada por fatores econômicos, políticos e sociais, mais ou menos espontâneos da formação da comunidade local e, por outro, pelas variações na estrutura do poder dominante no sistema maior, pela filosofia das elites, e pelas decisões efetivamente tomadas nas esferas superiores com reposição dentro da estrutura governamental etc., pondo em relevo a importância dos aspectos institucional-legais no comportamento das entidades governamentais. (BRASILEIRO, 1973, p. 3).

As Câmaras Municipais contavam com certa autonomia sobre os interesses travados num determinado território, assumindo assim características de órgão político-administrativo, concorrendo para o fortalecimento de uma instância de poder localizado. Neste momento a autonomia era propiciada por certos preceitos: dispersão e difícil comunicação entre os núcleos, ausência de um governo central, entre outras.

A configuração territorial neste período baseava-se em dois preceitos básicos de ordenação política: de um lado, tem-se a posição da Igreja estruturada sob os desígnios da descentralização interna para a realização de seus interesses; e de outro, a estratégia da Coroa cujo objetivo era a implantação de uma estrutura de poder político visando à centralização administrativa da colônia brasileira sob os desígnios reais.

Estes pressupostos derivaram um povoamento pontual e disperso onde o governo central da metrópole portuguesa não se encontrava efetivado no local. A instituição municipal, nesta época apresenta uma forma politicamente centralizada, de acordo com as determinações da metrópole portuguesa, e geograficamente descentralizada, no que tange suas ações, derivada da ausência de um governo central presente nas vilas, agravada pela falta de comunicação entre elas. (BRASILEIRO, 1973).

Isto significa que, a Câmara Municipal, tem sua autonomia tolerada e medida, sendo estimulada para cumprir os desígnios do soberano, ao transformar, com simplicidade, as rendas e tributos em moeda, ou em valores redutíveis contabilmente à moeda (FAORO, 1997, p. 147).

Pires (1999) analisa essa relativa autonomia como uma estratégia que tem uma dupla relação, haja vista que,

Apesar da lógica centralista da Coroa no tocante à administração, persistente na subjugação da Colônia e na resistência das Câmaras às Comunas, a instituição municipal ganhou vigor ainda no Brasil Colônia.(...) as Câmaras, gozando de autonomia, chegaram a questionar o domínio da Coroa, o que levou a sucessivas medidas de restrição do poder local. (PIRES, 1999, p. 145).

Daí deriva a mudança que ocorreu com a instância municipal quando houve a mudança do regime político no Brasil. Representando um rompimento da ordem vigente e subjugando ainda mais a instituição municipal. O Período Imperial representa, para as Câmaras Municipais, um período de forte centralização administrativa e imobilismo municipal.

Através do Ato Adicional de 1832, a municipalidade passa a ser tutelada pelas Províncias, perdendo assim, funções adquiridas durante o Brasil Colônia, desenvolvendo funções meramente administrativas, que cercearam sua ação e seu dinamismo.

A estrutura referente à instituição municipal, que prevaleceu em todo o Império, caracteriza-se pelo desprestígio do governo municipal e pelo clima francamente desfavorável ao ideário de autonomia das municipalidades (PIRES, 1999: 147). O preceito administrativo imperial vislumbrava uma descentralização cujo cerne seria o poder nas mãos das esferas provinciais, e em nenhum momento a autonomia na escala municipal foi cogitada.

O fortalecimento da câmara municipal, teoricamente, passou a ser uma determinação constitucional advinda da Carta de 1824, na qual as municipalidades teriam a competência de governar a economia municipal das cidades e vilas, e a eleição da câmara local para o governo municipal. No entanto, ao ser determinada a forma de organização municipal, presente na Lei 28, de 1/10/1828, o que emergiu foi uma configuração centralizada, na qual as Câmaras se encontravam subordinadas à Província, sendo uma instância de governo puramente administrativa.

No Império, mesmo que mesmo que a Constituição de 1824 previsse eleições nas vilas e cidades, as instituições locais eram subordinadas aos presidentes das províncias e ao governo central, não tendo autonomia. Porém, mesmo assim, os chefes políticos locais, com imenso poderio privado, tornavam o governo central do Império impotente para exercer de

fato maiores controles sobre o mando dos chefes locais. (COSTA, 1996, p. 115).

A atuação desses chefes locais está relacionada a figura dos coronéis, que tem participação muito forte durante os anos iniciais do regime republicano-federalista que passará a vigorar no cenário brasileiro a partir de 1981. O governo local, em vez de ser predominantemente um prestador de serviços à comunidade funcionava, principalmente, como um instrumento político nas mãos da elite dominante. (BRASILEIRO, 1973)

A Constituição Republicana de 1891 tem como princípio à autonomia dos municípios, no entanto, o que é corrente é a concentração do poder institucional na esfera estadual, tendo como base à aliança coronelística, característica primordial da República Velha. Isso é demonstrado quando se verifica que “o poder tributário dos municípios era inteiramente derivado do estadual e deviam exercer-se nos limites marcados pela Constituição e leis do Estado”. (LEAL, 1997, p. 174).

Mesmo defendendo constitucionalmente uma autonomia municipal baseada na discussão de ‘peculiar interesse’, esta estava atrelada diretamente aos ditames do Estado. Pires (1999), afirma que,

A constituição de 1981, consagrando o Federalismo e revigorando a instituição local, inaugurou, no art. 68, a expressão *autonomia municipal* e o próprio termo Município, vinculando o conteúdo daquela ao critério do peculiar interesse. Fê-lo, todavia, em frágil construção, já que sua extensão deveria ser traçada pelo próprio Estado. Tal peculiaridade, aliada à escassez de recursos destinados aos municípios e às contingências de nomeação de prefeitos para a maioria dos municípios, reservou àquele modelo de autonomia um caráter meramente nominal (p. 148).

Esse período é conturbado por arbitrariedades e abuso de poder cabendo a União, através da Reforma Constitucional de 1926, a intervir nos Estados com o objetivo de proteger a autonomia municipal. No entanto, a autonomia almejada não ocorre devido à centralização absoluta instalada no país que acarretou na dissolução dos órgãos legislativos.

Com o advento da Constituição de 1934 atribuí-se ao município uma importância equivalente às outras esferas públicas, consolidando a tendência de ampliação do papel exercido pelo município e a garantia de sua autonomia, assentando-se na criação de um sistema de partilha que assegurava ao município o repasse de tributos e impostos arrecadados pela União.

Porém, houve uma restrição às ações municipalistas por conta de o município está atrelado ao Departamento de Municipalidades (1930), com o intuito de através da ajuda técnica prestadas ao município exercer controle sobre sua ação. Neste momento, é instituído o sistema de partilha tributária, no qual ocorre repasse do Estado para o Município de metade do imposto arrecadado da indústria e profissões e o produto bruto do imposto de renda sobre a cédula rural.

Uma peculiaridade deste período consta na tentativa de desatrelar os ditames municipais do poder exercido pelas oligarquias regionais. Desta forma, previa, estrategicamente, o fortalecimento da União tendo o município como a esfera primordial na ação da política em comunidade. (LOPES, 2003, p. 116).

Na Constituição de 1937, produto do Estado Novo, a centralização é uma premissa e o poder local um discurso. O cerceamento da autonomia financeira e administrativa dos municípios possibilitou que os mesmos fossem tidos como uma esfera de poder que exerceria atribuições de gerenciamento das ações públicas determinadas pela esfera central.

A partir de meados da década de 40 vivencia-se um processo de restauração federativa, inserida na idéia de implantar uma “espécie de República Municipalista, com base na redivisão dos Estados, tendo como contraponto da hegemonia do ‘café com leite’”. (PIRES, 1999, p. 148). No entanto, esta autonomia não foi implantada a contento no momento em que não houve uma clareza na distribuição do que seria de competência de cada esfera de poder público.

A contradição existente neste período torna-se visível à medida que entendemos que a posição de importância adquirida pelo município não pôde ser realizada, pois o que determinava o processo de desenvolvimento no país tinha como preceito básico à centralização política no âmbito federal.

A Constituição de 1946 prescreve o fortalecimento das finanças municipais e a descentralização das receitas públicas, abre-se um novo rumo para a ação dos municípios no que se refere a melhoria na prestação de serviços essenciais para a comunidade, aumentando o desatrelamento dos municípios com a relação aos regimes oligárquicos.

Com a determinação da distribuição eqüitativa de poderes entre as esferas de poder público (União, Estado e Município), fortalecimento da base econômica dos municípios a partir da renda própria (receita partilhada) constituída pelo Imposto de Renda, Impostos únicos, devolução de 30% da arrecadação de impostos sobre o total das rendas locais (exceto exportação), houve possibilidade de pensar o município como uma esfera de poder forte.

A Carta de 46 possibilitou também a inserção de capital estrangeiro na economia nacional. Desta forma, é necessário que o governo central refaça a sua política de planejamento, a Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (1953) – SPEVEA - é criada a partir dessas determinações. O desenvolvimento entra em discussão priorizando um ordenamento territorial que se demonstra prioridade para a dotação de infra-estrutura que possibilitasse a expansão capitalista na região.(LOPES, 2003, p. 118).

Frutos de um período de forte centralização política, a Ditadura Militar, a Constituição de 1967 e a Emenda Constitucional no. 01/69 foram, apresentam como princípio de ordenamento político uma autonomia restrita tendo uma estrutura municipal fragilizada ao concentrar na União a arrecadação de uma parcela maior da receita tributária e aumentar as possibilidades de intervenção estadual no município.

A década de 70 é fortemente influenciada por estas determinações. O que teremos enquanto escala de poder público municipal é uma configuração política agindo sob os ditames da centralização proposta pelo Governo Federal, caracterizando-se pela simples execução das políticas públicas pensadas pela União, que deverão ser implementadas no município.

A Constituição de 88 é entendida como o marco institucional do processo de descentralização política, no entanto traz em seu bojo uma imprecisão prática e conceitual explicitada pela incompatibilidade existente entre a descentralização fiscal e tributária e as atribuições específicas de cada ente federativo.

No Brasil, o Município é entidade político-administrativa de terceiro grau, na ordem descendente da Federação Brasileira. É de sua competência deliberar e executar todas as medidas de seu interesse; relacionar-se diretamente com todos os poderes; manifestar-se livremente sobre os problemas nacionais; eleger seus poderes Executivo e Legislativo e buscar fontes de arrecadação que lhes permitam prover os serviços locais. (CONFEDERAÇÕES NACIONAIS DOS MUNICÍPIOS, 2001, p. 116).

Com os novos caminhos que se abrem para a concepção do município, enquanto espacialização das propostas desenvolvimentistas na atualidade, percebe-se que a este se credita às possibilidades de suprir as demandas sociais como uma maneira de construir uma concepção de desenvolvimento que englobe as premissas para o desenvolvimento econômico atrelando-o aos anseios sociais que questionam a situação de exclusão vivenciada.

Não podemos deixar de atentar para o seguinte: com a transferência do poder de decisão para a esfera municipal permite que o cidadão participe do processo de desenvolvimento através da participação popular nas propostas e no controle das políticas públicas que irão ser materializadas no âmbito de sua vivência social.

Neste sentido, percebemos a aproximação do Estado com a sociedade que se configura como primordial na estruturação da eficiência estatal e conseqüentemente promove sua legitimidade. Sendo que, nas últimas décadas vivenciamos um intenso processo de transformações econômicas, políticas e sociais em escala global que pressupõe materialização no âmbito da escala local, ou seja, no município.

3.2 – Reordenamento político-institucional de 1988: o município como protagonista do desenvolvimento local e das políticas sociais

A II Guerra Mundial pode ser entendida como um marco para a utilização do termo desenvolvimento econômico, tendo a espacialidade mundial dividida entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos. Este pensamento de desenvolvimento foi concebido a partir de uma ideologia dominante em que o crescimento econômico era processado de forma indefinida, sendo baseada na intensividade do uso do capital, minimização da utilização de mão-de-obra e principalmente uma irracionalidade no uso de recursos naturais.

Nesse contexto, o Estado tem um papel importante como regulador do processo de desenvolvimento econômico ao buscar uma harmonia possível entre os interesses e as práticas de base econômica, reafirmando sua função de propiciar a acumulação e a reprodução da lógica capitalista.

Esta lógica desenvolvimentista sobreviveu sem grandes críticas até o início da década de 70, quando começa a emergir no cenário acadêmico a discussão referente a questão ao desenvolvimento que leve em consideração as premissas do local para se efetivar de forma a diminuir as disparidades sócio-espaciais. O que irá incidir diretamente, a partir da década de 80, no cenário mundial de crise generalizada do Estado chamado desenvolvimentista, que coloca em questionamentos os seus aspectos de legitimação e hegemonia política.

A ideologia que se constrói é a da necessidade de diminuição do desperdício seja ele de recursos naturais propriamente dito ou de mão-de-obra. Esta é uma visão compartilhada por muitos autores, de que o conceito de desenvolvimento econômico deu fundamento a uma ideologia altamente otimista que previa o crescimento indefinido, visto como um processo de utilização cada vez mais intensivo de capital, redução do uso de mão-de-obra, e extensiva extração dos recursos naturais.

A década de 70 também representou em escala mundial o desencadeamento de reformas no âmbito institucional que indica um novo rumo para

a administração pública e para a gestão local. No bojo dessas reformas a descentralização estatal, a reestruturação produtiva desencadeia um novo cenário de possibilidades para a gestão do desenvolvimento a partir da determinação de uma unidade territorial que não mais é o Estado-Nação, admitindo o território local como o aglutinador por excelência das contradições sociais que produzem rebatimentos no espaço geográfico.

A partir da década de 80 ocorreram grandes transformações nas instituições de governo local, que se pautaram na municipalização e descentralização das políticas públicas, na institucionalização de mecanismos que combinam democracia representativa com a direta e, principalmente, a instituição de um sistema político redistributivo de renda, serviços e bens públicos.

Isto representa um avanço para a história política brasileira no momento em que há uma mudança no parâmetro que direciona a implementação das políticas públicas. É o que demonstra Montoro (1999)

No Brasil historicamente estabelece-se uma estreita relação entre a democracia, descentralização do poder e participação da sociedade nas decisões tomadas no âmbito das políticas públicas. Devido principalmente ao caráter autoritário e centralizador do processo político brasileiro, que desde os primórdios da história política brasileira, baseou sua concepção de desenvolvimento no privilégio injusto das elites nacionais em detrimento da maioria da população. (...) Com o fim da Ditadura e a difícil construção da democracia é preciso abrir caminhos para um processo de descentralização, fortalecimento do poder local e participação da sociedade civil.

A configuração do Estado, neste período, o coloca como uma esfera carente de recursos, tendo que efetivar corte de gastos, que incidirá principalmente sobre os serviços sociais. Isto causará uma relação conflituosa no momento em que há crescente pressão social por esses serviços, possibilitada pela abertura política.

A estratégia da descentralização adotada pelo Estado é uma tentativa de melhorar sua relação com a sociedade buscando fortalecer sua capacidade gerencial na aplicação de políticas públicas. De qualquer forma no ideário político e social a instituição municipal pela sua característica de proximidade da sociedade aos instrumentos político-administrativos o caracteriza como a principal esfera de

poder público que aglutina as demandas e as possibilidades de solução dos problemas sociais.

Em outras palavras pode-se considerar o município como o espaço vital para o cidadão ao tornar palpável a construção de uma agenda política que busque soluções políticas para as reivindicações populares, fortalecendo a idéia de que estando o poder mais próximo da sociedade há uma maior possibilidade de buscar soluções para as demandas existentes.

A estratégia da descentralização político-administrativa como redistribuição de poder público se assenta na autonomia de unidades descentralizadas, seja de recursos e/ou de poder de decisão, e na efetiva participação municipal na construção de diretrizes para o desenvolvimento. Esses preceitos fazem parte da agenda de fortalecimento da escala municipal, como determina a Constituição Federal de 1988.

Na verdade o que temos no plano político brasileiro, de acordo com Afonso (1996) é a descentralização como um mecanismo de redistribuição do poder político que impermeabilizaria o Estado às pressões e a participação dos setores populares, servindo como uma estratégia de deslocamento da alternativa popular para o plano local, macroeconômico, enquanto permanecem centralizados, com uma lógica transnacional, os espaços das principais decisões políticas.

Para esta sistematização, Rezende (1999), demonstra que o problema não é a descentralização em si, mas, sim, a forma pela qual ela é promovida, que pode não ser a mais adequada para consolidar um novo modelo de federalismo fiscal capaz de assegurar a necessária harmonia entre a disponibilidade de recursos e a natureza das demandas que precisam ser satisfeitas.

De acordo com NEVES (2000), dentre os princípios constitucionais que privilegiaram a função do município lança-se os seguintes preceitos: municípios passam a configurar-se como parte constituinte da federação, assegura-se por dispositivos político-jurídicos a autonomia municipal nas dimensões política, legislativa, financeira e administrativa, amplia-se a atuação dos municípios na

prestação de serviços sociais, efetiva-se uma participação maior nos tributos partilhados.

Na verdade as condições que se apresentam para a implementação da descentralização ainda revelam um processo que precisa de sérios ajuste, é o nos mostra Abrúcio e Couto (1996),

A descentralização, embora passe pelas discussões da democratização e da eficácia, tem como patamar inicial a necessidade de serem criadas instrumentos que coloquem os municípios em condições minimamente equânimes para a execução das políticas que lhe são repassadas. (p. 46)

O contexto vivenciado encontra-se margeado pelo esfacelamento do Estado Assistencialista, de um lado, e de outro, a readequação do uso capitalista do território (MASSOLO, 1988, p. 40). O município passa então a responder pela gestão do desenvolvimento a ser aplicado no território, ou pelo menos é o que se espera.

Isso evidencia a tentativa de facilitar o acesso, por parte da população, a equipamentos e serviços essenciais à sua reprodução social. Em contrapartida ao Estado é criada a possibilidade de reconquistar sua legitimidade perante a sociedade e reafirmar a sua hegemonia. O município brasileiro do pós-Constituição de 1988

Rege-se por Lei Orgânica; cabe-lhe legislar sobre assunto de interesse local, suplementar a legislação federal e estadual no que couber, instituir e arrecadar tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas; criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual; prestar diretamente ou sob regime de concessão ou permissão os serviços públicos de interesse local (auto-governo). (SANTOS, s/d, mimeo)

No entanto mesmo com todas essas conquistas municipalistas há, ainda, ambigüidade na definição do papel e das fronteiras funcionais entre União, Estados e Municípios. O que não prejudica a importância dos municípios, haja vista que, as localidades mudam de papel neste contexto, assumindo novas responsabilidades e experimentando a exploração de novas potencialidades para equacionarem, quase que independentemente, os desafios de seu desenvolvimento econômico, social e cultural. (SANTOS, s/d, mimeo.).

Isso representa um grande avanço para o cenário sócio-político no Brasil, se levarmos em consideração a descrição de seu contexto histórico, no qual

A sociedade brasileira é historicamente marcada pela centralização e pelo autoritarismo, o que em termos da relação entre o setor público e a sociedade civil, tem implicado em poder decisório centralizado na burocracia e acesso restrito às elites políticas e econômicas, à falta de participação da maioria da sociedade civil, o que em suma tem resultado no distanciamento da máquina pública em relação ao cidadão, suas necessidades e demandas. (CKAGNAZAROFF, 2000)

Contrapondo-se a essa premissa, Neves (2000), afirma que,

Essa descentralização se realizou, freqüentemente, de forma abrupta, desordenada e espontânea, desconsiderando todos os princípios recomendados pela doutrina e experiência, como gradualismo, respeito às diversidades de condições e capacidades, cooperação técnica e financeira das esferas supranacionais locais, negociação prévia entre as partes, planejamento e monitoração do processo, definição clara de direitos e deveres, equilíbrio entre encargos e recursos repassados, entre outros. Talvez por esse motivo nem sempre a descentralização significou na prática uma verdadeira redistribuição de centros de poder, nem resultou em avanços mais expressivos em prol da universalização e melhoria da qualidade dos serviços públicos e da descentralização da gestão governamental.

No entanto, é inegável que a partir dessas mudanças uma nova perspectiva se abre para o desenvolvimento e para a ordenação do território transferindo-se da esfera federal para a municipal a responsabilidade de desenvolvimento para o local.

Esse processo pode ser analisado levando em consideração dois aspectos básicos: 1) a necessidade do Estado de se impermeabilizar perante as reivindicações e os questionamentos da sociedade que representa; 2) a abertura de canais institucionais onde a sociedade civil organizada canaliza suas demandas e anseia por desenvolvimento inclusivo.

Verificou-se, que historicamente é estabelecido uma íntima relação entre democracia, descentralização do poder e participação da sociedade nas decisões tomadas no âmbito das políticas públicas devido, principalmente, ao caráter autoritário e centralizador do processo político brasileiro, que desde os primórdios da

vida política baseou sua concepção de desenvolvimento no privilégio injusto às elites nacionais em detrimento da maioria da população de baixa renda.

Uma idéia equivocada de se perceber a centralização é que a mesma esvazia de poder político as esferas subnacionais de poder público, por que na verdade o que se tem é uma determinação do Estado quanto as condições e as formas de configuração político-administrativa que determina a ação do poder local.

Haja vista a divisão do trabalho existente nas esferas públicas, a escala municipal teria como competência responder pelas demandas sociais tendo como princípio seguir as determinações e intervenções advindas da esfera central. Desta forma, Massolo (1988), preconiza ser a esfera municipal a mais direta receptora e canalizadora de conflitos, insatisfações, demandas e pressões da coletividade local, e a que aponta para maiores possibilidades de se pensar a construção do desenvolvimento.

A afirmação de que o município é um elo perdido para as ciências sociais (MASSOLO: 1988) sugere seu redescobrimento para a efetivação de análises sobre a realidade sócio-territorial uma vez que o mesmo sempre esteve secundarizado nas pautas de pesquisa que enveredaram para a essência política do espaço. O que se tinha até então eram estudos isolados que não primavam por uma análise territorial e sim por um aprofundamento dos aspectos jurídico-administrativo.

Com a complexa transição democrática que ocorre no mundo contemporâneo há a exigência de se repensar a essência político-espacial do Estado, o qual direciona as suas práticas territoriais a partir de outros referenciais que não mais o território nacional. Desta forma é que o município passa a fazer parte da agenda administrativa.

A proposta de descentralização emerge no cenário nacional a partir de dois focos distintos: a) redução dos gastos públicos e da responsabilidade do governo nacional para com os problemas locais; b) ascensão política das sociedades locais reivindicando cidadania conseqüentemente atrelada a esta idéia emerge a consolidação da democracia.

No entanto, não podemos deixar de atentar para as grandes transformações, em escala global, de caráter econômico, político e social em andamento das quais podemos destacar, para melhor podermos entender a descentralização: a reestruturação econômico-produtiva, que propõe uma redefinição do papel atribuído ao Estado, e conseqüentemente a reafirmação de uma sociedade mais cidadã.

Essas mudanças influenciaram o Brasil da seguinte forma: na área econômica, ocorre um intenso processo de abertura econômica e a busca por uma maior integração regional que poderá propiciar uma maior competitividade do país na economia-mundo; no âmbito estatal, vivência de uma crise de governabilidade acarretada pela falta de recursos orçamentários, com cortes de gastos, e uma crescente pressão social propiciada pela redemocratização, em busca de mais e melhores serviços públicos.

O novo formato do Estado modifica a agenda tradicional de integração social e regional e de coesão política, especialmente o papel de cada nível de governo no pacto federativo, gerando o desafio de redesenhar novas formas de organização e de gestão pública. Tais mudanças apontam para a necessidade de reinventar o federalismo, ao mesmo tempo em que trazem novas tensões no arranjo federativo desenhado pela Constituição de 1988. (SOUZA, 1996, 106)

Historicamente os governos locais podem ser caracterizados como instrumento de barganha perante as outras esferas públicas no sentido de promover a apropriação do espaço público e a manutenção das oligarquias no poder local. Com o processo de redemocratização este círculo se rompe, pois há a emergência de novos atores no cenário de lutas sociais ao tentar reconstruir a concepção de cidadania empregada pelo Estado ao reorientar suas ações na prestação de serviços públicos.

O caráter explícito de descentralização do poder público, contido na Constituição Federal de 1988, vem ao encontro dos anseios cultivados pelas sociedades locais desgastadas pelo intenso autoritarismo centralizador e cerceador da democracia, instituindo-se como um instrumento fortalecedor da luta em prol de assegurar e gerir-se enquanto esfera de poder institucional no sentido de

desenvolver-se econômica, política e socialmente. Isto nos revela uma tentativa de aproximação da sociedade local e do poder público resultando na associação intrínseca entre democracia e descentralização.

No entanto o que se percebe na prática é que o caráter descentralizador está mais vertente para uma efetivação da autonomia administrativa do que para uma efetivação da democracia, pois a democracia perpassa pela idéia de maior participação por parte da sociedade civil organizada nas discussões referentes as políticas públicas aplicadas. Ou seja,

A efetivação do diálogo entre forças populares e os governantes requer a institucionalização das práticas de participação popular. Neste sentido, o governo municipal assume papel relevante na viabilização desse diálogo, considerando que, a nível local, os problemas são mais facilmente identificados e as possibilidades de participar são maiores (BAËTA, 1989, p. 101).

Dentre os impactos causados pelas mudanças constitucionais da década de 80 identificaremos a proliferação de novos municípios como materialização da proposta de descentralização, tendo como incentivos principais os ganhos financeiros advindos de um maior repasse tributário para o município.

Outro ponto fundamental no qual se baseia esta proposta consiste numa maior participação da sociedade civil no que tange a administração municipal, representando numa efetiva relação entre sociedade e poder público institucionalizado localmente. Isto possibilita a formação de uma sociedade mais democrática e participativa.

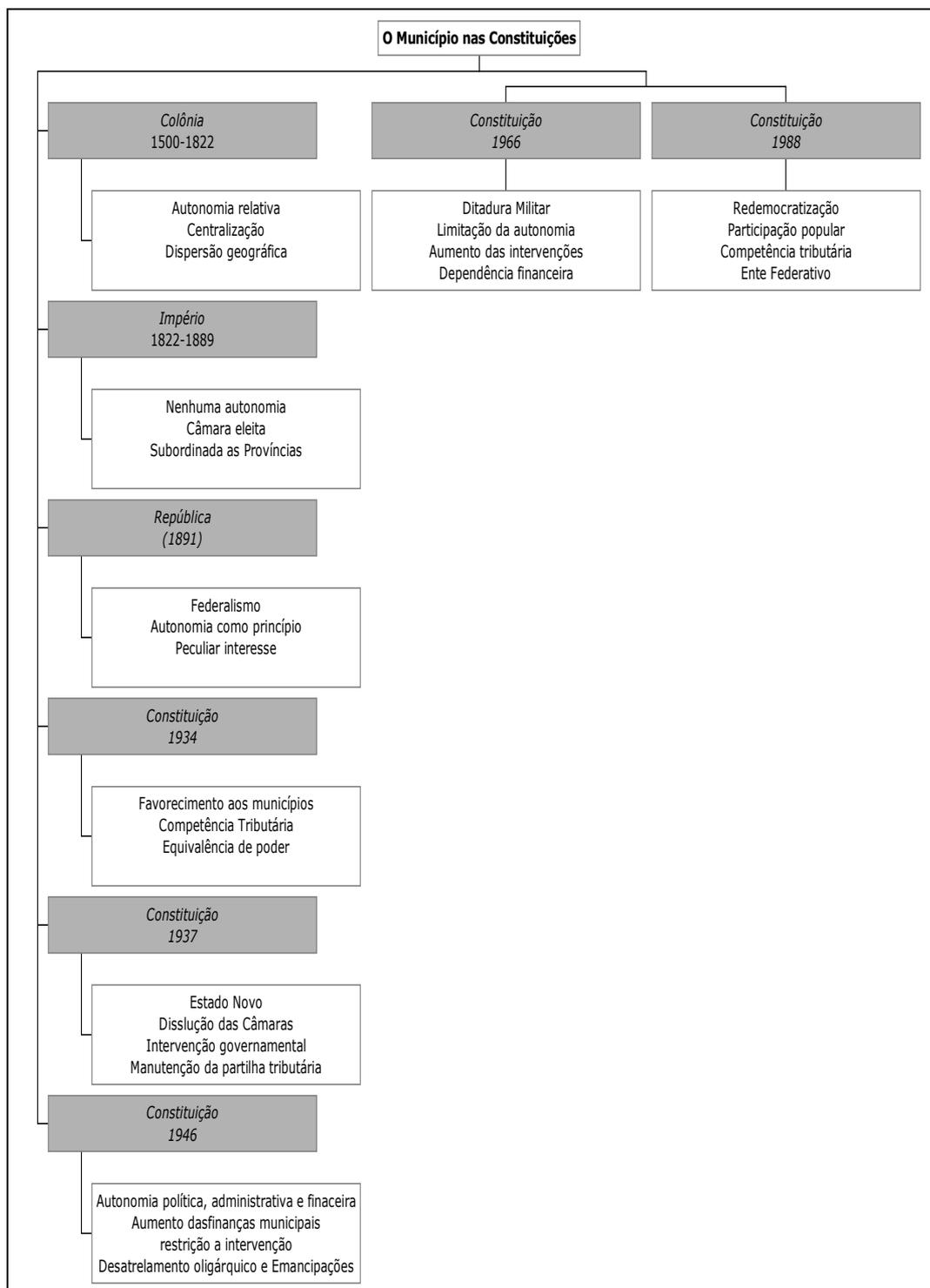
No entanto, de acordo com MONTORO (1999), a democracia moderna não pode ser apenas representativa, mas também crescentemente participativa, tendo como participação social a atuação organizada e responsável dos múltiplos setores da sociedade na solução de problemas coletivos e na promoção do bem comum.

Tendo em vista o processo evolutivo do município, enquanto escala de governo, chega-se a conclusão de que este sempre esteve atrelado aos fatores econômicos e políticos característicos de cada época histórica, servindo de base de apoio ideológico para a constituição de uma relação preestabelecida de poder.

Vimos que, a definição de 'município' apesar de sua configuração como local de vivência da sociedade nem sempre pôde efetivar-se enquanto poder administrativo desatrelado das outras esferas públicas. Mesmo que em alguns momentos vislumbrou-se certa autonomia, esta concepção não pode ser observada de maneira muito intensa e ininterrupta.

No entanto, é na esfera local que há construção dos desejos e demandas a serem solucionadas pelo Estado em consonância com os interesses políticos e sociais da população local. Desta forma há necessidade de que os municípios tenham autonomia, tanto política, quanto financeira para que os mesmos possam responder os problemas de raiz sócio-política. Dowbor (1996) aponta o problema dos municípios dentro da esfera pública, dizendo que,

Os municípios se vêem na linha de frente dos problemas, mas no último escalão da administração pública. O deslocamento generalizado dos problemas para a esfera local, enquanto estruturas político-administrativas continuam centralizadas, criou um tipo de impotência institucional, que dificulta dramaticamente qualquer modernização da gestão local, enquanto favorece o tradicional caciquismo articulado com relações fisiológicas nos escalões superiores. (p. 26).



Quadro 1 – O município no contexto das Constituições Brasileiras

Fonte: LOPES, 2003. Adaptação da autora.

A **Figura 1** sintetiza os aspectos administrativos que estiveram presentes na agenda política do município desde a época da Colônia até a Constituição de 1988. Tavares (1994) que a variabilidade das funções institucionais apresentada pela

esfera municipal está relacionada com a dependência do jogo político entre o governo central e as esferas subnacionais.

Da mesma forma Figueredo (1998) afirma que a tensão centralização – descentralização, recorrente no processo político teve sempre pautado na relação estabelecida entre as unidades subnacionais e a base tributária das mesmas para responderem as demandas.

Desta forma, verificou-se que no decorrer da história da escala municipal esta esteve sempre relacionada com o poder central na legitimação de sua hegemonia. No entanto a partir da Constituição Federal de 1988 aumenta-se a possibilidade de desatrelamento do poder central e configura-se uma nova forma de concebê-lo como ente federativo com autonomia político-administrativa e capacidade de gerir econômica e socialmente seu território local.

4. MUNICÍPIO DE TUCURUÍ: GÊNESE E TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS

As especificidades apresentadas na região amazônica possibilitam que seja feita uma análise ímpar do que foi efetivado localmente em Tucuruí a partir das necessidades extra-regionais. Concernente a isto se parte do pressuposto apresentado por Callai (1997) de que

Não nos interessa apenas descrever as paisagens naturais e culturais, elencar nomes de heróis, datas, fatos. O que nos interessa é procurar entender o processo de construção desse espaço e dessa sociedade. Buscar mecanismos que interferem neste processo, conhecer os instrumentos utilizados, e estudar o município como o LOCAL onde se reproduz a construção da sociedade e do território brasileiros, num determinado espaço e tempo. Nem o tempo é alheio, nem o espaço é neutro, pelo contrário, são inteiramente comprometidos com as pessoas que ali vivem, que são concretas, não apenas números ou homens abstratos, que vivem politicamente, situados econômica e socialmente numa determinada porção do território brasileiro. (p. 20).

O trecho acima apresenta a importância que o estudo do local representa para se apreender a realidade existente em um território. Desta forma torna-se imprescindível resgatarmos a construção do espaço territorial de uma região cuja dinâmica é bem específica e representa um pouco do que é verificado na Amazônia.

A Amazônia, desde sua gênese, constituía-se de espacialidades que não se adequavam às aspirações desenvolvimentistas do Estado, configurando-se, assim, como obstáculo à expansão do capital na região. Por isso, foi concebida como palco de ações e/ou estratégias do Estado no sentido de possibilitar o crescimento econômico do país, baseado na exploração de seus recursos naturais abundantes e promover a ascensão do Brasil no cenário da economia mundial.

Isso seria possibilitado por uma rápida ocupação da região. Sendo assim, a partir da década de 60, com o intuito de superar as deficiências apresentadas, o Estado impõe uma (des)ordem espacial, a qual resulta das relações de produção que foram e estão sendo produzidas e reproduzidas, criadas e concretizadas, moldadas a partir da interação que envolve tanto a ação estatal quanto a prática social pré-estabelecida (OLIVEIRA, 2000).

Esta (des) ordem é marcada pela instalação de grandes objetos que promoveram diversas transformações sócio-espaciais no território amazônico. Entre as transformações ocorridas encontraremos a que diz respeito ao surgimento de núcleos urbanos, pois inicialmente esses núcleos tinham como local de ocorrência e

desenvolvimento à margem dos rios que se configuravam como principal vetor de circulação da região. Com a rápida e recente ocupação regional, novos fatores serão determinantes da lógica espacial passam a serem incorporados ao processo de produção do espaço amazônico.

Neste contexto a urbanização assume para o Estado a função de base logística necessária à inserção e ao desenvolvimento da lógica capitalista na fronteira amazônica. De acordo com BECKER (1990) este fenômeno na Amazônia está pautada em três papéis fundamentais assumidos pelos núcleos urbanos, a saber: a) fator de atração de migrantes; b) base organizacional do mercado de trabalho; c) local da ação político-ideológica do Estado. A junção desses papéis configura o espaço urbano como primordial no sentido de promover uma rápida ocupação da Amazônia.

A totalidade amazônica pode ser pensada através das impressões deixadas pelo rastro da economia da borracha, pois a estrutura montada por esta economia ultrapassa a sua fase decadente e serve de suporte para economia da castanha. Isso se torna perceptível, quando periodizando as fases da borracha, constatamos que é a partir de seu declínio que emerge a castanha, enquanto economia principal, a qual possui um *locus* de atuação concretizado na área do Médio Tocantins².

4.1 – Uma tentativa de periodização do crescimento de Tucuui

O processo de ocupação do Sul e Sudeste paraense, assim como outras parcelas do território do estado, se constituiu a partir da apropriação e exploração dos recursos naturais existentes. Em gênese deve-se ao extrativismo vegetal, com a exploração da castanha, a configuração do espaço que hoje se denomina de

² Ao longo do processo histórico diferentes configurações e denominações caracterizaram o Sudeste Paraense. Entre o final do século XIX e a década de 60 do século XX, esta região se estendia ao longo do rio Tocantins, em especial o curso médio, derivando daí a sua denominação, Médio Tocantins. As sucessivas intervenções do Estado, não somente reconfigurou o espaço sub-regional como igualmente lhes deu novas denominações. Sudeste e Sul do Pará, Bacia do Araguaia – Tocantins e mais recentemente região de Carajás.

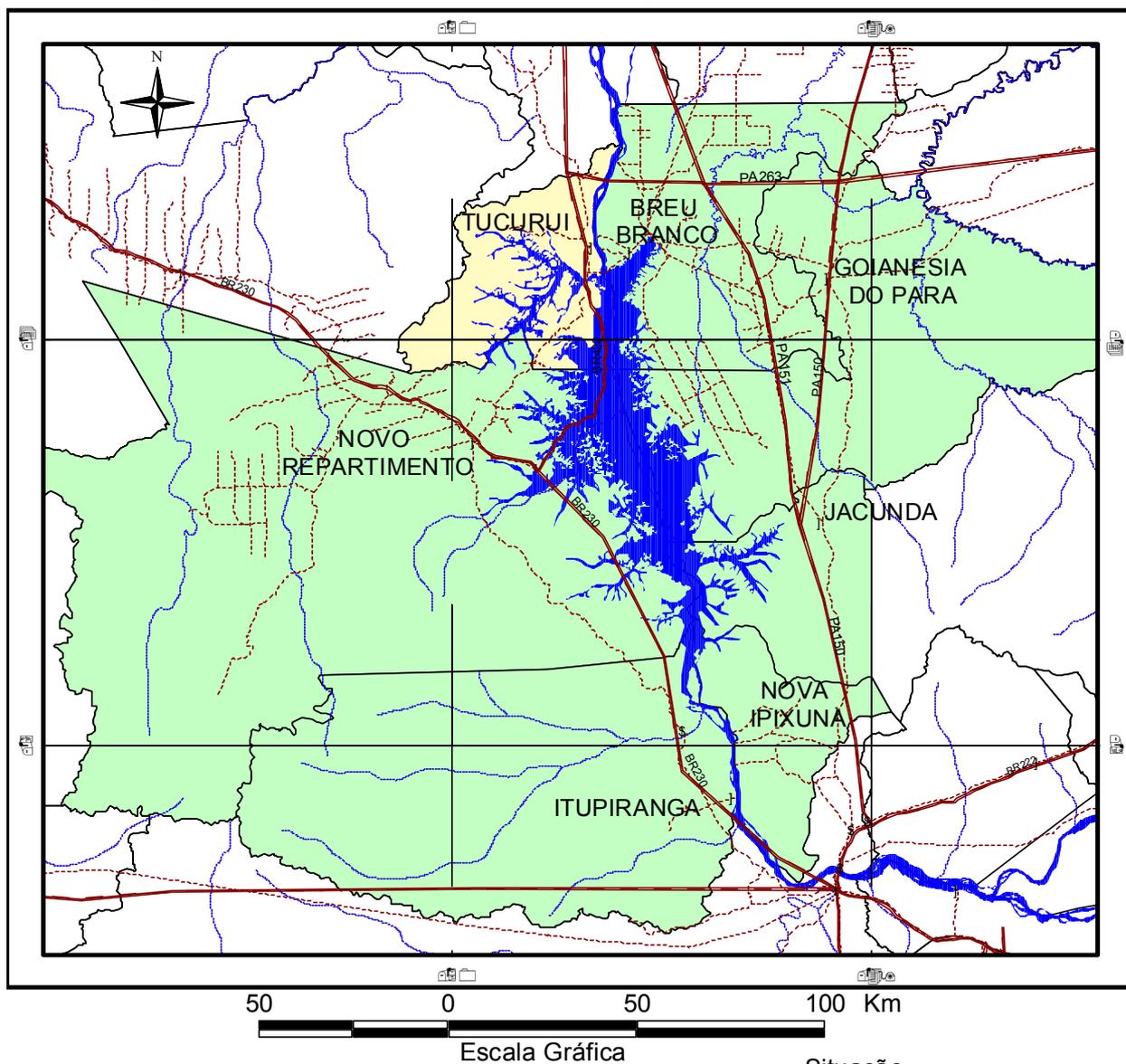
Microrregião de Tucuruí, que data da década de 20 do século passado. A configuração desta área sofre transformações de acordo com o recurso explorado, a forma como é processada a exploração e, também, os grupos sócio-econômicos que a desenvolvem.

O Médio Tocantins destoa do cenário amazônico no período pós-borracha, por esbanjar uma prosperidade econômica ocasionada pela extração da castanha, denotando uma configuração espacial determinada por uma especificidade regional, a oligarquia castanheira.

EMMI (1996) descreve a oligarquia castanheira como uma estrutura de poder centralizada determinada por um controle político e econômico, obtido através de uma extensa rede de relações em que predominam, mecanismos de dominação/subordinação, e caracteriza-se pela ação de grupos familiares.

Essa oligarquia fundamenta seu poder através da detenção de extensas áreas produtoras de castanha, controlando a coleta e a distribuição da produção, fazendo uso do aparelho local para a efetivação de suas políticas particulares.

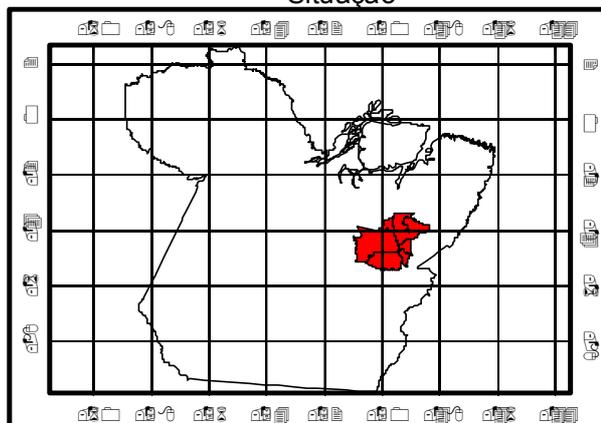
A ação desses grupos familiares pode ser facilmente entendida quando nos deparamos com algumas características regionais, como o difícil acesso às cidades e povoados próximos, o que acaba por determinar as ações hegemônicas dos detentores do monopólio dos meios de produção, distribuição e comunicação. Monopólio este, que era estabelecido por relações pautadas na exploração e subordinação da mão-de-obra cooptada através do paternalismo evidente na região.



Convenções e Legenda

1	Sede Municipal
s	Localidade
	Rodovias
	Rodovias Principais
	Drenagem
	Rios Principais
	Tucuruí
	Área do Lago
	Malha Municipal

Situação



Mapa 1. Contexto regional do município de Tucuruí.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do SIGIEP, 2001.

A gênese de Tucuruí como município data de 1947 quando a localidade de Alcobaça, o que está inserido na lógica de extração dos recursos naturais e do ordenamento societal para a promoção do controle por parte do Estado sobre a configuração sócio-espacial emergente a partir da economia da castanha.

No século XVIII Alcobaça é um posto militar localizado privilegiadamente na área das Cachoeiras de Itabocas, cuja posição estratégica era o marco divisor entre o baixo e o médio Tocantins. Isso permitia não só o controle territorial como também servia de elo entre a base de extração e o entreposto comercial da castanha.

A ascensão econômica da castanha possibilitou que houvesse um intenso processo migratório para a região, além do que direcionou a ação estatal para a implementação de infra-estrutura que servisse de suporte para a lógica capitalista. Como materializações têm a instalação da Estrada de Ferro Tocantins, cujo início das obras data de 1905 e sua conclusão foi na década de 30.

O papel a ser desempenhado por Alcobaça no circuito produtivo da castanha era o de ligar o município de Marabá, que aglomerava os centros produtores e a capital do Estado, Belém, responsável por escoar a produção para o mercado externo. Este circuito pode ser visualizado no esquema abaixo.

A produção da castanha obedecia a uma espacialização cuja materialização identificava-se tendo o rio como princípio norteador de tudo, das relações econômicas, políticas e sociais. Era através do rio que se processava o escoamento da produção, em suas margens fixavam-se as populações tradicionais, além de que se configurava como o principal vetor de circulação e comunicação intra-regional.

O período da castanha marca o núcleo urbano de Tucuruí com desigualdade e contradições, no momento em que realizou uma segregação entre os funcionários da Estrada de Ferro – Tocantins, que tinham uma infra-estrutura urbana e contavam com renda para a sobrevivência; e os trabalhadores da castanha, cujas condições de vida eram precárias não tendo direito à moradia e a saúde, principalmente.

Na década de 70 há uma mudança nesta base produtiva que será determinada pelas políticas públicas de integração, povoamento e de exploração dos recursos naturais regionais. A microrregião passa a ser palco de grandes transformações a partir da implantação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí.

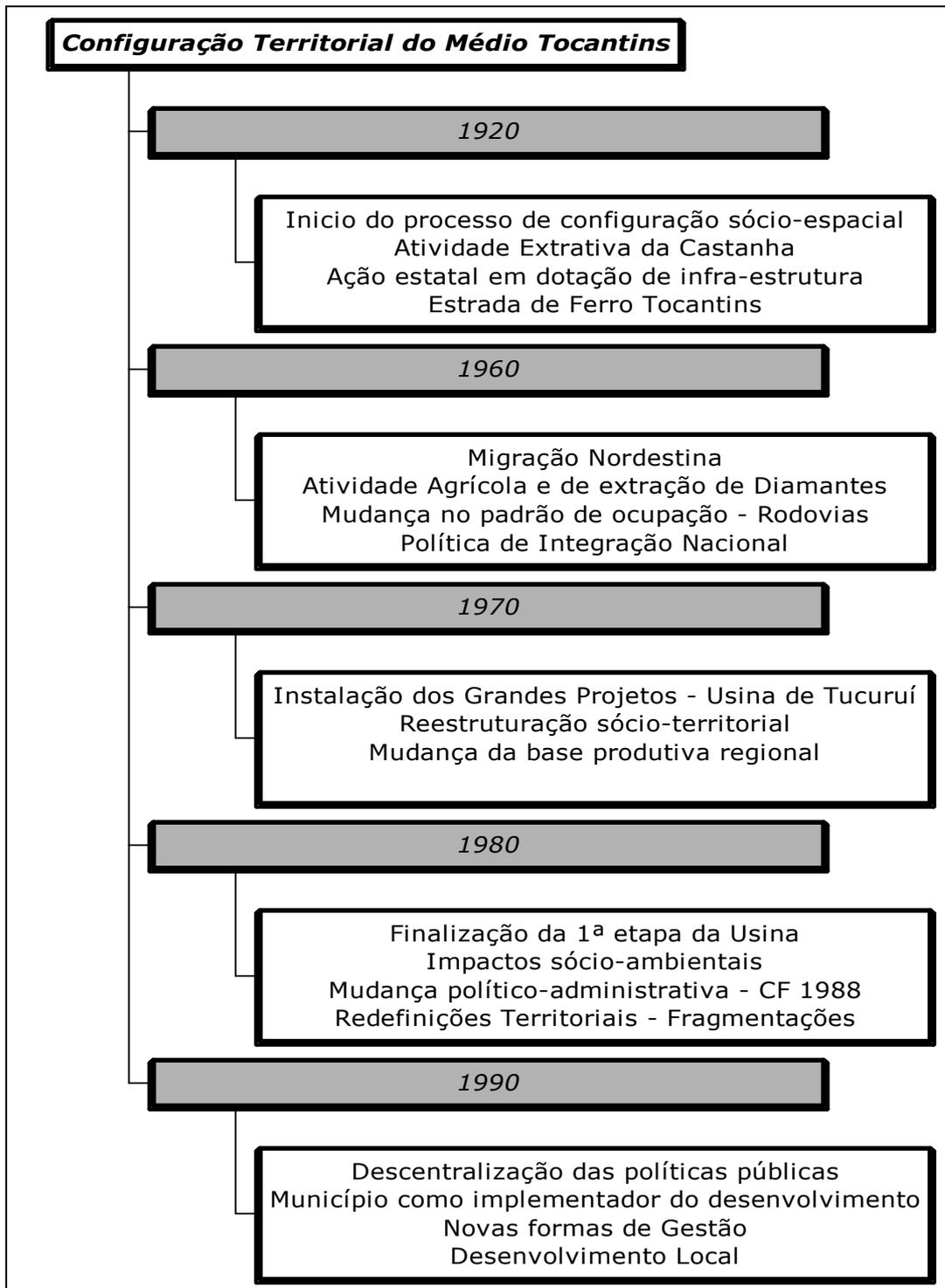
Conforme Rocha e Gomes (2002),

A construção da usina hidrelétrica entre 1975 e 1985 promoveu profundas mudanças nas formas de apropriação e uso do território na área de Tucuruí. Na verdade, a usina e o conjunto de obras complementares à sua implantação foram capazes de redefinir os espaços locais diferenciando-os no âmbito do espaço sub-regional que até então se inseria e, em seu conjunto, reclamavam unidade: o Médio Tocantins (p.32).

A configuração territorial do município de Tucuruí até então expressava a estrutura ribeirinha das cidades herdadas do período colonial. No Médio Tocantins, essa estrutura surge em função da economia extrativista da castanha. O rio comandava a vida e constituía junto com a Estrada de Ferro Tocantins (EFT) o sistema flúvio – ferroviário que possibilitava o escoamento da produção.

A cidade de Marabá era o maior centro urbano e produtor regional. Nesta configuração espacial, Tucuruí (antes Alcobaça) era o elo entre a produção e a exportação. Constituía um entreposto comercial nas margens do rio Tocantins e nas margens da antiga Estrada de Ferro Tocantins.

Durante a construção do espaço do Médio Tocantins várias foram as determinações que concorreram para as configurações territoriais demonstradas. O início do Séc. XX marca a ocupação mais incisiva na região, mas não pode ser considerada como sua gênese, haja vista, que a área desde o século VXII era passível de ser ocupado. A partir daí são pensadas formas de inserir o Médio Tocantins nas formas de produção econômica da nação brasileira obedecendo a lógica de apropriação dos seus recursos. Inicia-se com o extrativismo vegetal até chegar à apropriação do recurso água para a geração de energia.



Quadro 2 – Área de Tucuruí no contexto das transformações econômicas e políticas do Sudeste Paraense

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Rocha (1999).

4.2 – As transformações espaciais e o reordenamento do uso do território

Se no início do séc. XX a castanha era o principal recurso explorado, a partir da década de 60 ocorre uma mudança na base econômica que seria mais condizente com a proposta de implantar e consolidar a lógica capitalista na região que seria pautada nos Grandes Projetos modernizantes. A necessidade de geração de energia para a atividade mineral faz com que recurso hídrico passe a ser o trunfo para a reprodução capitalista e seja instalada a UHE – Tucuruí.

A reestruturação territorial se constrói a partir da reconfiguração sócio-espacial emergente. Como ranhura deste processo tem-se a mudança no modo de vida de uma população cuja vivência se pautava na utilização do rio como o princípio ordenador de todo o processo de construção do espaço das comunidades locais. Desta forma muda-se o papel do rio para processar a expansão da lógica capitalista.

Implanta-se um imenso lago para possibilitar a geração de energia, rompe-se a estruturação espaço-social vigente, desarticula-se a produção extrativa já em decadência, implanta-se a lógica capitalista de produção, nega-se a essência da relação homem natureza. Tudo isso ocorre por intermédio do Estado Desenvolvimentista. Como consequência desse processo desarticulador/rearticulador verifica-se o caos que acomete a região, sendo que no momento histórico em que isto ocorre é o Estado o principal indutor do desenvolvimento.

A partir de 60, há a implantação dos planos de desenvolvimento para a região amazônica o que acabava por desestruturar a base econômica preexistente. Esta situação pressupõe uma reestruturação no âmbito institucional para que haja a legitimação de um novo modelo econômico.

A partir da década de 70 o município configura-se como palco de grandes transformações iniciadas com os preparativos para a implantação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí. Essas transformações podem ser verificadas quando

analisamos a dinâmica demográfica local e percebemos o fluxo migratório que ocorreu no período entre 1975 a 1985.

O grande contingente populacional que migrou para a cidade de Tucuruí teve sua maior incidência na década de 80, sendo que a grande parcela desta população migrou no intuito de se inserir nos espaços urbanos planejados pela ELETRONORTE para abrigar seus funcionários.

No entanto, somente a parte minoritária deste contingente foi absorvida, o que ocasionou uma expansão urbana na sede municipal sem que esta fosse acompanhada de um controle por parte da administração pública local devido à dinâmica com que a migração ocorria.

Uma das primeiras modificações presenciadas pelo município condiz com a construção da Vila Pioneira, no centro histórico da cidade, que seria a base habitacional dos responsáveis técnicos pelos primeiros trabalhos para a implantação da Usina. No período de 1973 a 1977, os quatro anos de construção da Vila, já eram perceptíveis os impactos advindos, pois a área urbana já apresentava um crescimento significativo.

De acordo com Rocha e Gomes (2002), 65% da malha urbana municipal de Tucuruí se constituiu no período correspondente a construção da Usina, sendo produto da ação tanto da administração local quanto do governo federal e da ELETRONORTE.

Esta situação demonstrou o caráter segregacionista da ação do poder público no momento em que as áreas construídas como base logística do empreendimento apresentavam uma estrutura urbana consolidada e qualidade ambiental. Por outro lado, o adensamento da malha urbana de Tucuruí sofria uma intensa degradação ambiental ocasionada pela excessiva pressão demográfica sobre a estrutura urbana existente.

Com o término da construção da usina houve um decréscimo na população residente no município de Tucuruí, mas isto não quer dizer que os problemas ocasionados pela insuficiência e baixa qualidade dos equipamentos urbanos tenham

cessado. O que ocorre é que mesmo com a baixa populacional a demanda por mais e melhores serviços e equipamentos persiste.

A partir da década de 70, as políticas públicas implementadas pelo Estado na área do Médio Tocantins seguiram a lógica do grande capital, deixando de atender as especificidades da população local que em sua maioria sobrevivia de uma produção mínima. Esta situação engendra uma rede de relações conflituosas que impulsionaram a fragmentação do território, seja política e/ou economicamente. No bojo desse emaranhado presenciamos a emergência de novos municípios no Pará.

A construção de rodovias possibilitou uma maior dinâmica na comunicação e na circulação intra e inter-regional. Ao serem inseridas, essas novas estruturas, na realidade regional as comunidades tradicionais acabam sofrendo uma desestruturação e reestruturação da configuração espacial, que coaduna com os interesses capitalistas.

Neste sentido, cabem as populações tradicionais inserirem-se no novo contexto, adquirindo novas funções, ou ficar a margem da nova realidade regional materializada pela implantação dos projetos mínero-metalúrgicos, das rodovias, enfim de todo o processo dinamizador da região.

De um lado temos a remanescente oligarquia castanheira tentando rearticular seu poder de mando local, e de outros vários segmentos sociais que surgem no bojo das novas atividades econômicas que efetivadas na região, possibilitadas por novas relações tecno-produtivas inseridas no contexto regional.

A década de 70 é muito representativa para a configuração territorial de Tucuruí. Em 1973 é criada a ELETRONORTE, empresa estatal com incumbência seria materializar a construção da Usina que começa a ser gestada em 1973.

A instalação da Usina se processa no bojo das determinações da economia mundial, sendo que através de investimento estrangeiro, principalmente japonês, viria ser a base operacional para a geração de energia para o processamento de alumínio e alumina na planta ALBRAS – ALUNORTE.

Em menos de dois anos a começaram as obras de implantação, sem que houvesse um estudo prévio sobre os impactos a serem gerados na área de entorno do empreendimento. Desta forma o remanejamento populacional e os impactos ecológicos tomaram proporções gigantescas. Isto apresenta a discussão de que as externalidades provocadas pelas determinações do Estado para promover a acumulação capitalista não se materializaram nos recortes territoriais do Estado-Nação e sim do município. E querendo ou não este é o recorte que deverá dar suporte para uma melhoria da qualidade de vida dos que foram afetados.

Com a emergência da proposta descentralizada vigente atualmente é criada a possibilidade de o município intervir na problemática da água ao configurar-se como a escala de poder público com mais condições de detectar os problemas e assim propor alternativas para saná-los.

No entanto, mesmo com o papel atribuído pela Carta Magna de 1988 ao município como a escala responsável pela disciplina do uso e ocupação do solo urbano e rural, e a gestão dos recursos hídricos perpassa pela indefinição e carência orçamentária do poder público municipal, impossibilitando o mesmo de resolver as demandas que não forem solucionadas pelas esferas federal e estadual.

A pergunta que se faz é que poder o município apresenta para responder as demandas sócio-ambientais provocadas. Como resposta verifica-se que o município não apresenta uma base financeira que acompanhe a delegação de poder que lhe foi atribuída. O contexto existente para o desencadeamento das transformações espaciais é ditado pela doutrina da Escola Superior de Guerra, que preconizava a ocupação rápida e intensa da Região amazônica sem que houvesse preocupação com os homens que compunham a região. Haja vista que todo o desenvolvimento possui uma dupla face que se dilui entre beneficiados e excluídos. Os estudos feitos quase sempre distantes da realidade latente levam em consideração o primeiro grupo. (CASTRO, 1996, p. 174).

É perceptível a difícil relação que há entre os processos em prol do desenvolvimento coma resposta às demandas sociais aliadas ao respeito ao meio ambiente, concebe-se, então, os grandes projetos como agressões provocadas pelo Estado contra a região.

Após a construção da Usina, quando começou a sua funcionalização o cenário político regional apresenta um processo de desmunicipalização, ou seja, a esfera municipal se encontra sem condições econômicas e políticas de responder pelas demandas sócio-ambientais causadas. Sendo assim toda e qualquer intervenção no território foi realizado pelo Estado através da sua subsidiária, ELETRONORTE, ao aplicar políticas públicas cujo objetivo era conter os conflitos emergentes.

A partir da década de 80, quando o município passa a ter um papel importante na estrutura de poder político, o mesmo não consegue responder às demandas emergentes, haja vista que, o imobilismo ocasionado, seja por incapacidade governativa ou financeira se apresentou como um a constante. Com isso vários questionamentos surgem referentes a capacidade de intervenção das esferas públicas para solucionar as demandas sociais emergentes.

Tucuruí foi o município da microrregião que mais sofreu impactos relacionados à Usina. Talvez por ser sede do empreendimento, ou também por já apresentar características de atração populacional como nos mostra os dados relativos a migração mostrados na **Tab. 1**.

Ano	Natural	Migrante
1960	1.926	3.532
1970	5.447	4.474
1980	13.839	47.284
1991	55.218	26.405

Tabela 1 – Processo Migratório em Tucuruí

Fonte: IBGE, 1960, 1970, 1980 e 1991.

Os rebatimentos territoriais da intervenção estatal em Tucuruí a partir da Usina referente ao processo migratório demonstram-se bastante dinâmico já que o contingente populacional migrante tem interesse em se inserir nos posto de

trabalhos que surgem, no entanto, este não foi inserido totalmente, pois, na fase de instalação e operação grande parte da mão-de-obra utilizada foi excluída por não apresentar qualificação suficiente para ocupar os cargos específicos do empreendimento.

Esta população ao se projetar para a área de entorno imediato da hidrelétrica e da periferia da cidade imprime feições particulares que serão marcas constantes na evolução urbana de Tucuruí. Exemplo disto tem-se o grande número de ocupações que surgem a cada dia no município. Dificilmente este processo é acompanhado de um planejamento ou uma gestão visto que o ordenamento territorial que se processa segue a lógica de acumulação do desenvolvimento local, o qual seleciona as áreas prioritárias para serem atendidas pela dotação de infraestrutura necessária para sustentar o seu crescimento.

Neste contexto temos a diferenciação sócio-espacial que pauta as ações desenvolvimentistas que coloca em pólos altamente diferenciados duas áreas imediatamente próximas ao empreendimento: a Vila Permanente e a periferia da cidade.

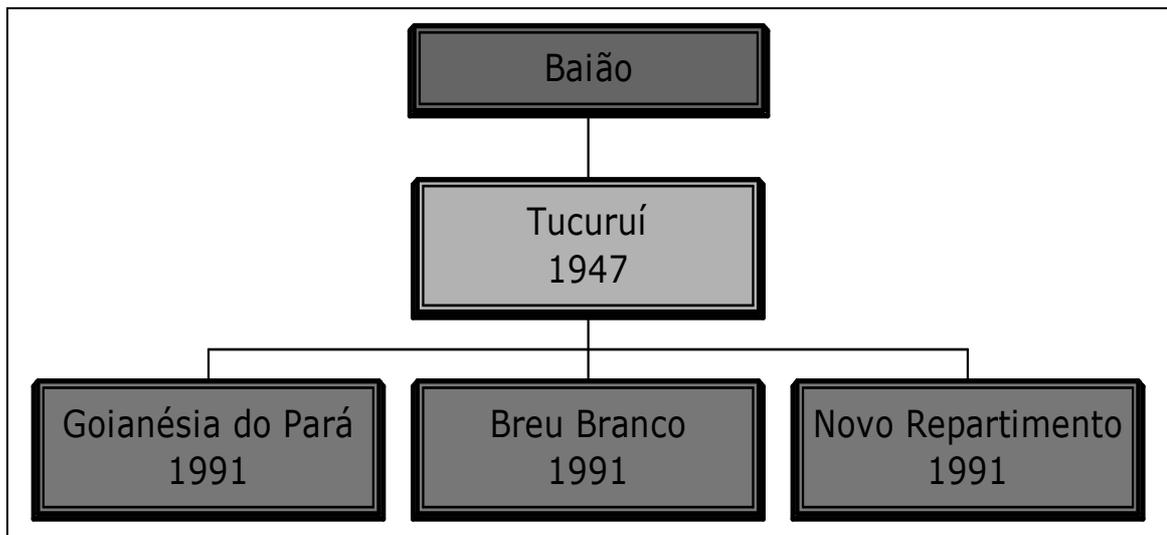
A configuração urbana de Tucuruí nos dias atuais representa um híbrido que abriga as estruturas remanescentes dos períodos de antes e depois da construção da Usina somada as novas determinações que emergem, resultando num padrão desigual de desenvolvimento no espaço urbano de Tucuruí (ROCHA, 2002).

Pelas feições apresentadas por Tucuruí verificamos a ausência de uma estratégia de planejamento que ordene em prol da população local a estrutura municipal, haja vista, a racionalização que está relacionada com a produção do espaço e a apropriação dos recursos. Esta forma de desenvolvimento é concebida como fundamentada no modelo capitalista ecologicamente depredador, economicamente inviável, socialmente perverso, culturalmente excludente e politicamente injusto.

Mas não somente na escala municipal é verificada a transformação territorial, em escala regional, na área de entorno do lago, também são perceptíveis

as ranhuras do processo modernizante do Estado desenvolvimentista. Percebe-se isso ao observar o processo de emancipações ocorridas na década de 80.

Os últimos cinco anos da décadas de 80 demonstram a inoperância da escala municipal no que concerne a solução dos problemas gerados pela Usina. Este cenário vem se modificar em parte a partir da Constituição de 88 com a reconfiguração do papel do município.



Quadro 3 – Origem e fragmentação territorial na área de Tucuruí

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE e Rocha (1999).

Obs. Os municípios que derivaram de Tucuruí não contaram somente com áreas do referido município.

Outros cenários são passíveis de ser visualizados quando se pensa as transformações territoriais na área de Tucuruí. Um deles é o intenso processo de fragmentação territorial que ocorreu no período de 1982 a 1996. A **Figura 3** demonstra as derivações territoriais que, apesar de não contar com áreas somente de Tucuruí, ocorreram principalmente pelas transformações advindas da implantação da Usina, como é explicitado pelas emancipações de Breu Branco, Goianésia e Novo Repartimento.

O reconhecimento da complexidade da cidade e da diversidade de que ela é constituída, bem como da necessidade da participação da população nas decisões sobre a sua evolução, garantindo as salvaguardas ambientais e a qualidade necessária dos serviços urbanos, é o desafio a ser enfrentado não só pelos governos locais, mas também por toda a comunidade. (SANTOS e PIRES, 1996).

Esse pensamento permeia todas as discussões que estão relacionadas ao planejamento e a gestão municipal na atualidade. Este desafio deve ser levado em consideração ao propor a materialização do desenvolvimento a partir das endogeneidades locais.

A partir dos pressupostos levantados nos capítulos anteriores torna-se possível realizar uma análise da forma com veio sendo processada a gestão do território local como possibilidade de implementar uma proposta de desenvolvimento que siga a lógica imposta pelo cenário brasileiro tendo a escala municipal como o direcionador das políticas públicas.

A região do Médio Tocantins é caracterizada, originalmente, por uma economia extrativista, tendo como base a produção de castanha. Na década de 70 há uma mudança nesta base produtiva que agora será determinada pela lógica do grande capital e dos grandes projetos instalados.

Como expoente dessa concepção tem que levar em consideração, a afirmação de Rocha (1999) de que,

O processo de construção da usina alterou profundamente a estrutura espacial e demográfica do local, modificando profundamente as relações e cadeias que se estabeleciam entre os homens e a natureza, redefinindo completamente os gêneros de vida e o ambiente dos espaços locais (p. 56).

Esta é a essência do processo de reestruturação espacial na área de Tucuruí que ocorreu especificamente entre 1975 a 1985. A maneira como foi direcionada a proposta de desenvolvimento advinda com a Usina promoveu profundas mudanças nas formas de apropriação e uso do território na região.

Pautada na Teoria econômica da polarização A UHE - Tucuruí tinha como intuito exercer a função de pólo de irradiação do desenvolvimento ao estar ligada com os outros projetos modernizadores propiciando então uma reconfiguração sócio-espacial.

É inegável que mesmo com o aumento da capacidade tributária do município no processo de descentralização os recursos provenientes não foram suficientes

para que houvesse uma atuação do poder público municipal mais efetiva na resolução dos problemas causados pela instalação da Usina.

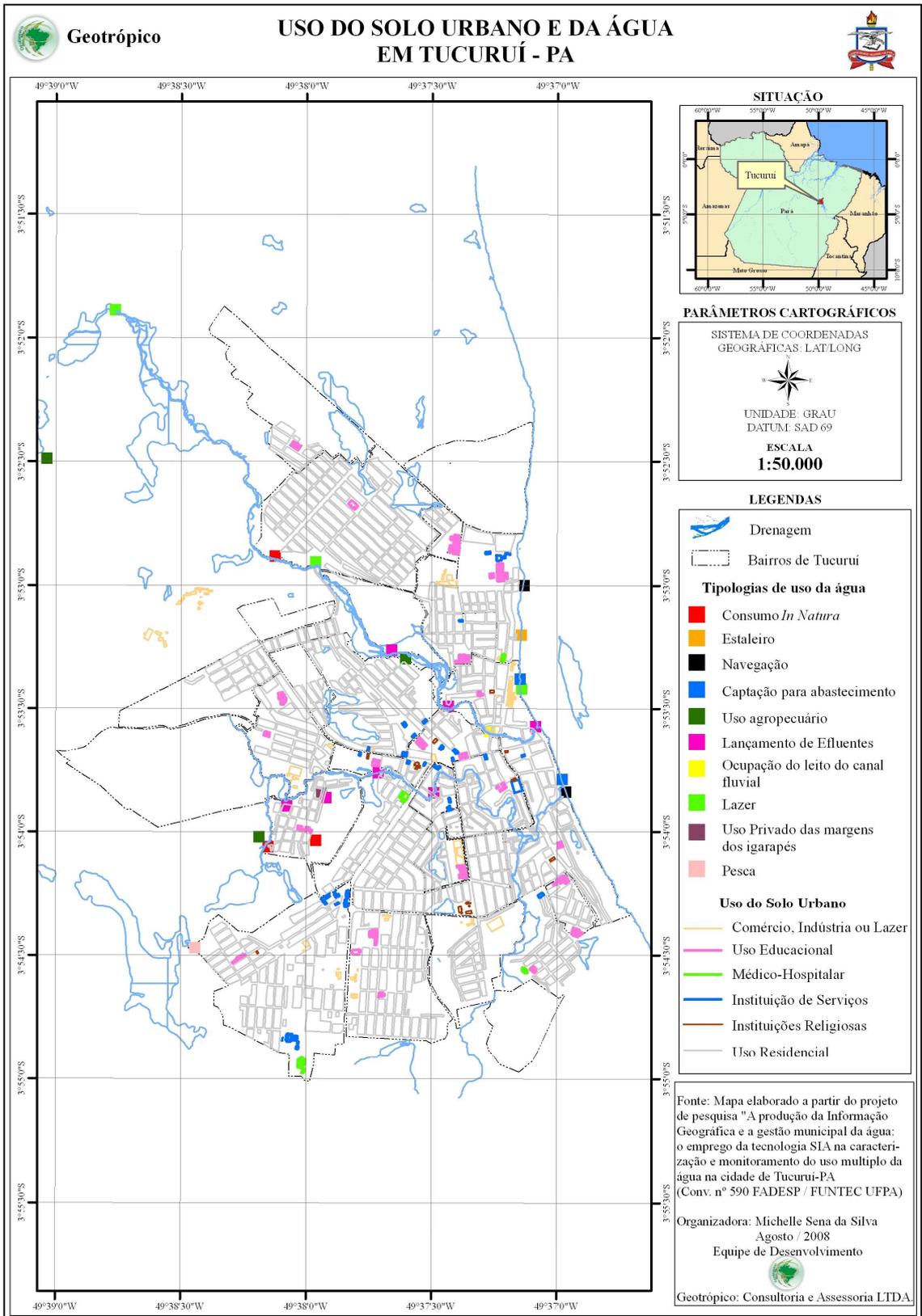
Silva (1998) demonstra um direcionamento importante para se pensar a gestão municipal, diz que a análise da dimensão do papel dos municípios na promoção do desenvolvimento aponta para o crescimento de suas responsabilidades em relação às iniciativas voltadas para a melhoria da condição de vida e a busca de soluções dos problemas urbanos, enfim, da gestão local.

Na realidade de Tucuruí a partir da Usina o que teremos é

A valorização do espaço do entorno do reservatório aumentou os fluxos migratórios e estimulou um novo padrão de ocupação territorial, reconfigurando o espaço microrregional. As novas relações sociais e espaciais engendradas afastaram o curso natural de evolução do espaço local e microrregional e impuseram novos recortes espaciais, uma nova regionalização.(ROCHA, 1999).

O crescimento populacional de Tucuruí em uma década transformou a realidade do município ao mudar o padrão de ocupação. As décadas que antecedem o empreendimento a população rural se sobrepunha à urbana, após a população passou a se aglomerar mais no perímetro urbano, haja vista a possibilidade de se inserir nas obras da Usina.

Essa aglomeração populacional em bases urbanas apresentará profundas mudanças na configuração da cidade, ocasionando a produção de um espaço urbano totalmente desordenado, impossibilitador de oferecer qualidade de vida para os migrantes, excluindo uma grande parcela da sociedade do acesso à moradia. As ocupações se dão em locais insalubres para o desenvolvimento social.



As questões sócio-ambientais como não podiam deixar de ocorrer foram um grande problema gerado extra-região que deveriam ser solucionados pela prefeitura municipal para promover o bem estar da população efetivando condições de saúde e saneamento, principalmente. Haja vista que,

O “inchaço” populacional provocou uma pressão sobre os precários equipamentos de saúde e outros serviços públicos criando uma situação ambientalmente degradante. A grande procura por esses serviços, dando ao adensamento populacional do núcleo histórico e a ampliação da malha urbana sobrecarregaram as serviços de adução de água potável e de coleta de lixo; de forma que a condição sócio-ambiental urbana criada expressava um quadro degradante, com padrões de habitabilidade propício à difusão de doenças. (ROCHA, 1999)

No entanto nem todos os espaços construídos pela Usina são passíveis de caos urbanos. O caso da Vila Permanente de Tucuruí, a *company town*³, se apresenta totalmente diferente da realidade da cidade de Tucuruí, seja na infraestrutura, seja na ordenação do território. A Vila se configurava num padrão totalmente externo à região com seus traçados muito bem ordenados que em nada se assemelhem ao entorno.

Rocha (1999) muito bem explicita a configuração da Vila ao descrevê-la em sua essência espacial,

Como segmento da estratificação de funções internas à empresa, assim como das empreiteiras, o espaço construído refletia e se diferenciava segundo a posição-função desempenhada por cada segmento de força de trabalho envolvida; fato esse já presente na concepção urbanística dos núcleos. (ROCHA, 1999).

E mais,

O espaço desigual, desigualmente distribuído e ocupado, é resultante de uma determinação prévia da empresa que segmenta hierarquicamente os trabalhadores. A modelação do espaço é feita de forma a romper com qualquer tipo de unidade, mesmo a do sujeito em si, que se fragmenta. (PEREIRA; SILVA e FERREIRA, 2002).

² Cidade planejada como base logística para a operação da UHE – Tucuruí, servindo como local de moradia dos funcionários da ELETRONORTE.

A relação estabelecida entre a Prefeitura de Tucuruí, com os municípios do entorno do empreendimento tem sido a maneira pela qual o poder público tem buscado operacionalizar ações de desenvolvimento para o local. Outra parceria que garante essas ações é com a própria ELETRONORTE.

Rocha (1999) informa em que ações essas parcerias se materializam.

No período pós-construção, com o objetivo de assegurar a estabilidade social e política na área de influência da usina hidrelétrica, a empresa tem procurado, em parcerias com os municípios do entorno do reservatório, implementar programas sociais: construção de escolas e postos de saúde e implementação de serviços públicos, como arruamento e ordenamento do espaço urbano. (p.52)

Num cenário de reestruturação da definição de desenvolvimento mais condizente para a reprodução social da humanidade verificamos a emergência da proposta de desenvolvimento local como possibilidade de reversão do quadro de desenvolvimento determinado pela lógica capitalista e aplicado pelo Estado.

Becker (1990) acentua que,

O núcleo urbano tem se constituído a base logística do ordenamento territorial do Estado, um complexo de programas e ações dirigidas, visando a socialização do espaço regional e a incorporação da Amazônia ao desenvolvimento capitalista. (p. 14)

O processo de urbanização vivenciado por Tucuruí, a partir da década de 70, acaba sendo reflexo do que vem ocorrendo no cenário nacional, diferindo na escala local pela rapidez com que ocorre. Sendo que, os aspectos negativos são facilmente identificáveis. Exemplificando este pensamento temos a questão da expansão urbana, cuja rapidez com que se deu o processo deixou marcas profundas no ordenamento urbano do município.

Outro exemplo relaciona-se com as redes territoriais, no caso a drenagem municipal, a qual tem como função principal o abastecimento de água. Grande parte da água consumida na sede municipal provinha diretamente do Tocantins e dos Igarapés Santos e Santana, os quais serviam, simultaneamente, como receptor dos detritos e dos esgotos a 'céu aberto'.

Os problemas enfrentados por Tucuruí são expressos amplamente na vida cotidiana da população e está de alguma forma inserido nas preocupações do poder público, seja a nível federal, estadual ou municipal. Isto é demonstrado quando é verificada a aplicação de recursos para a solução dos problemas vivenciados na escala local, dado crescimento populacional evidenciado nas últimas décadas como podemos observar na tabela abaixo.

Ano	População		
	Total	Urbana	Rural
1960	5.549	3.369	2.180
1970	9.921	5.677	4.244
1980	61.140	27.261	33.879
1985*	148.000	110.000	38.000
1991	81.623	46.014	35.609
1996	58.679	47.972	10.707
2000	73.740	60.867	12.873

Tabela 2. Evolução Demográfica de Tucuruí

* Dado retirado do Relatório da ELETRONORTE, 1988.

5. A PROBLEMÁTICA LOCAL: OS IMPACTOS DA 2ª ETAPA DA UHE – TUCURUÍ NA GESTÃO LOCAL DOS RECURSOS HÍDRICOS

Com a emergência da atual proposta descentralizada é criada a possibilidade de o município intervir na problemática da água ao configurar-se a escala de poder público com mais condições de detectar os problemas e assim propor alternativas para saná-los.

No entanto, mesmo com o papel atribuído pela Carta Magna de 1988 ao município, como escala responsável pela disciplina do uso e ocupação do solo urbano e rural – e a gestão dos recursos hídricos perpassa por aí – a legislação que versa sobre a questão hídrica à esfera de poder público municipal é atribuído um papel indefinido. Cabe ao município resolver as demandas que não forem solucionadas pelas esferas federal e estadual.

5.1 – A PNRH e a PERH: em direção a descentralização

A gestão dos recursos hídricos no Brasil na década de 1930 segue a lógica de transformações estabelecidas no âmbito político-institucional do Estado Nacional, a partir da preocupação de aproveitamento dos recursos hídricos para a geração de energia elétrica. Como resultados desse processo têm a criação do Código das Águas (1934) configurado como modelo de gestão centralizador no âmbito de uma política de planejamento e gestão territorial.

Na década de 1940 é criada a Comissão do Vale do São Francisco seguindo a lógica de instituição do Código de Águas, assim como nas décadas de 1950 e 1960, temos a criação da Eletrobrás. Essas instituições passam a aglomerar as necessidades crescentes de prospecção das bacias hidrográficas com o intuito de identificar o potencial hídrico e seu aproveitamento futuro e ainda face ao crescimento urbano.

No entanto somente nos anos de 1970 é que começaram a se estruturar as diretrizes disciplinadoras do uso racional com a criação do Comitê Especial de

Estudos Integrados de Bacias Hidrográficas (CEEIBH), que orientou o desenvolvimento dos Comitês Executivos por bacia. Na Amazônia, no entanto, essas estruturas começam a se configurar a partir das décadas de 1960 e 1970, seguindo premissa da necessidade de inventariar as bacias hidrográficas: o objetivo o seu aproveitamento para a geração de energia elétrica.

A realidade do país dos anos 80 possibilitou mudança na atuação das esferas de poder público no que diz respeito à aplicação de políticas públicas de promoção do desenvolvimento, seja econômico e/ou sócio-ambiental. Estas saem da agenda da esfera federal para, cada vez mais, serem responsabilidades dos estados e municípios. Sendo assim, questões como descentralização, ganham destaque nos debates nacionais.

A década de 1990 marca a formatação de um diferente quadro do centralismo, pois é instituída a Política Nacional de Recursos Hídricos, cujos princípios são:

- A água é um bem de domínio público, um recurso natural limitado e dotado de valor econômico;
- As bacias hidrográficas devem ser a base da organização do sistema de gerenciamento de água;
- A gestão dos recursos hídricos deve garantir o uso múltiplo das águas, e a prioridade de uso é o consumo humano;
- A gestão deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, daqueles que a exploram economicamente e das comunidades;
- O manancial representa a unidade territorial para fins gerenciais;
- O gerenciamento deve se basear em abordagens participativas que envolvam o governo, os usuários e os cidadãos.

Inserida nesta premissa presenciamos a institucionalização de uma proposta descentralizada de gestão dos recursos hídricos a partir das determinações apresentadas pela Política Nacional de Recursos Hídricos – PNRH, instituída pela Lei Federal nº. 9.433/97, que tem como fundamento a concepção da água enquanto um bem público finito e vulnerável dotado de valor econômico, determinando que a gestão dos recursos hídricos deverá seguir a lógica da descentralização proporcionando, assim, o uso múltiplo dos mesmos.

Em se tratando do recurso água verifica-se que por ter como especificidade a utilização partilhada pelos mais diversos setores de atividades, voltados tanto para a produção quanto para a realização humana, a complexidade dos processos regulatórios é uma constante que vem sofrendo modificações no decorrer dos últimos trinta anos do século XX.

Exemplificando, temos a adoção da bacia hidrográfica, na década de 90, como unidade de planejamento seguindo a determinação de uma gestão descentralizada e participativa para a ordenação territorial, não sendo mais produto da concentração do poder. Nesta ordem, o município no arranjo institucional de gestão de recursos hídricos não aparece como o recorte territorial principal para a efetivação de políticas; as bacias serão o objeto de aplicação das práticas de planejamento e gerenciamento. A estrutura administrativa governamental responsável pelo gerenciamento das ações relativas aos recursos hídricos tem administração direta, no âmbito nacional, do Ministério do Meio Ambiente via Secretaria dos Recursos Hídricos (MMA/SRH), cuja finalidade é formular a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) relacionando-a com o Orçamento da União.

Ainda no âmbito nacional tem-se o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), com atribuições relevantes para a formulação das políticas públicas e na contenção de conflitos relativos ao uso. Aos Comitês de Bacias Hidrográficas cabe o poder de decisão sobre a política de cobrança pelo uso do recurso água, tendo como aparato técnico as Agências de Bacia, funcionando como escritório. Cada um destes órgãos tem competências próprias e devem estar articuladas entre si.

A Agência Nacional de Águas – ANA – enquanto entidade federal ligada ao CNRH tem como competência a implementação da PNRH e a coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos, articulando institucionalmente os planejamentos existentes nos diversos segmentos da administração pública no que diz respeito ao recurso água.

Concordante com a proposta descentralizadora da gestão hídrica temos, também, uma configuração institucional semelhante à federal, concorrendo para a institucionalização de leis estaduais responsáveis pela implementação do Sistema Estadual de Gerenciamento dos Recursos Hídricos, que será responsável pela

aplicação da Política Estadual de Recursos Hídricos (PERH). No caso do estado do Pará a lei responsável por este arranjo institucional entra em vigor através da Lei Estadual nº. 6.381 de 25 de julho de 2001.

Como podemos observar no arranjo institucional construído para dar suporte ao gerenciamento da PNRH o âmbito municipal não apresenta relevância, a não ser quando se fala em consórcios municipais. A principal funcionalidade delegada ao município com a promoção da organização dos usuários, divulgando a legislação existente, bem como os conscientizando sobre a situação real do município, incentivando a busca de soluções para os problemas e um planejamento para evitar problemas futuros (COSTA, 1998).

5.2 – A experiência local: multiplicidades de gestão e uso

A gestão do Sistema de Abastecimento de Água em Tucuruí em sua conformidade não apresenta uma linearidade histórica homogênea, o que acarretará numa configuração territorial bem específica a partir do momento histórico vivenciado.

No período compreendido entre 1940 e 1975 o gerenciamento do sistema local se processou a partir do estabelecimento de uma parceria entre a Prefeitura Municipal e a Companhia da EFT, cujas ações eram efetivadas autonomamente pelo Sistema Autônomo de Água e Esgoto (SAAE). O objetivo desta parceria era abastecer a EFT e a vila residencial de seus funcionários, daí a construção da Hidráulica, que já foi mencionada anteriormente.

A partir de 1975 até 1999 o poder público estadual passa a ser o responsável pelo gerenciamento do Sistema. O órgão estadual por isto vem ser a Companhia de Saneamento do Pará. Não podemos deixar de mencionar que neste período será vivenciado pelo município a implantação da UHE – Tucuruí. Isto não

significa dizer que há o alijamento da esfera municipal do processo de gerenciamento.

Com a implantação da Usina houve um expressivo crescimento populacional e conseqüentemente uma maior pressão sobre as infra-estruturas urbanas existentes. Desta forma para dar conta da demanda social é firmado um convênio entre a prefeitura e a COSANPA para a ampliação do sistema. A partir deste convênio a Prefeitura fica responsável por uma pequena parcela do Sistema de Abastecimento.

No curto período de 1999 e 2000, novamente é modificado o gerenciamento do Sistema de Água, o qual passa a ser efetivado através da empresa privada Águas de Tucuruí, que implicará num processo de modernização, resultando na efetivação de cobrança incidindo sobre o uso da água através da rede de abastecimento.

Em 2001, sob a administração de Parsifal Pontes, uma reestruturação ocorre no sistema de abastecimento local. Através da Nossa Água a responsabilidade de gestão da rede da água passa a ser do Município. Uma das atitudes tomadas com a municipalização foi a suspensão do pagamento sobre a utilização deste recurso até que o mesmo seja dotado de qualidade.

Os gestores deste período afirmaram a existência de trabalhos que objetivam melhorar a qualidade da água e da distribuição da mesma. O convênio firmado com a ELETRONORTE, financiado pela Caixa Econômica Federal (CEF), objetiva a ampliação das instalações do sistema que beneficiará tanto o sítio urbano de Tucuruí quanto a Vila Permanente. No entanto, os problemas evidenciados permanecem e estão se agravando devido a grande pressão antrópica exercida nos mananciais que servem o sistema de abastecimento de água municipal.

Período	Gestão	Característica
1940 a 1974	Autônoma	Sistema Autônomo de Água e Esgotos (SAAE), parceria entre a Cia EFT e a PMT: primeiros represamentos do igarapé Santos para abastecer a EFT e as residências dos funcionários. Construção da “Hidráulica” na década de 1960 com o objetivo de reservatório para o abastecimento e para a geração de energia elétrica.
1975 a 1998	Estadual	Período em que os serviços de abastecimento e distribuição de água passa a responsabilidade do Governo do Estado, através da Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa). Realiza convênio entre a PMB (PMT?) e a Cosanpa para ampliação do sistema de captação e distribuição. Coincide com a ampliação da demanda dada a construção da UHE Tucuruí, o elevado crescimento populacional e ampliação do espaço urbano.
1999 a 2001	Privada	Período de privatização do sistema de captação e distribuição de água. Água de Tucuruí, sob essa denominação foi constituída a empresa privada que gerenciou o serviço durante o governo Cláudio Furman(1999-2001).
2001 até hoje	Municipal	Período de estatização da companhia (municipalização) da gestão dos serviços durante o governo Parsifal Pontes(2000-2002). O sistema passa por ampliação através de financiamentos da Caixa Econômica Federal e através de convênio entre a PMT e a Eletronorte.

Quadro 04 - Gestão da água na cidade de Tucuruí (PA), 1940- Atualmente.

Fonte: ROCHA, 2003.

Em gênese todo e qualquer Sistema de Abastecimento de Água caracteriza-se pela retirada da água da natureza, adequação de sua qualidade, transporte até os aglomerados humanos e fornecimento à população em quantidade compatível com suas necessidades, sua estruturação obedece a conjunção de obras, equipamentos e serviços cujo intuito seja abastecer a sociedade de água potável para uso múltiplos. Com isso identificamos as seguintes características:

1. **Manancial:** fonte de onde se retira a água.
2. **Captação:** equipamentos e instalações utilizado para a tomada de água do manancial.
3. **Adução:** transporte da água do manancial ou da água tratada.

4. **Tratamento:** melhoria das características qualitativas da água a fim de que se torne própria para o consumo, é feito na chamada ETA – Estação de Tratamento de Água.

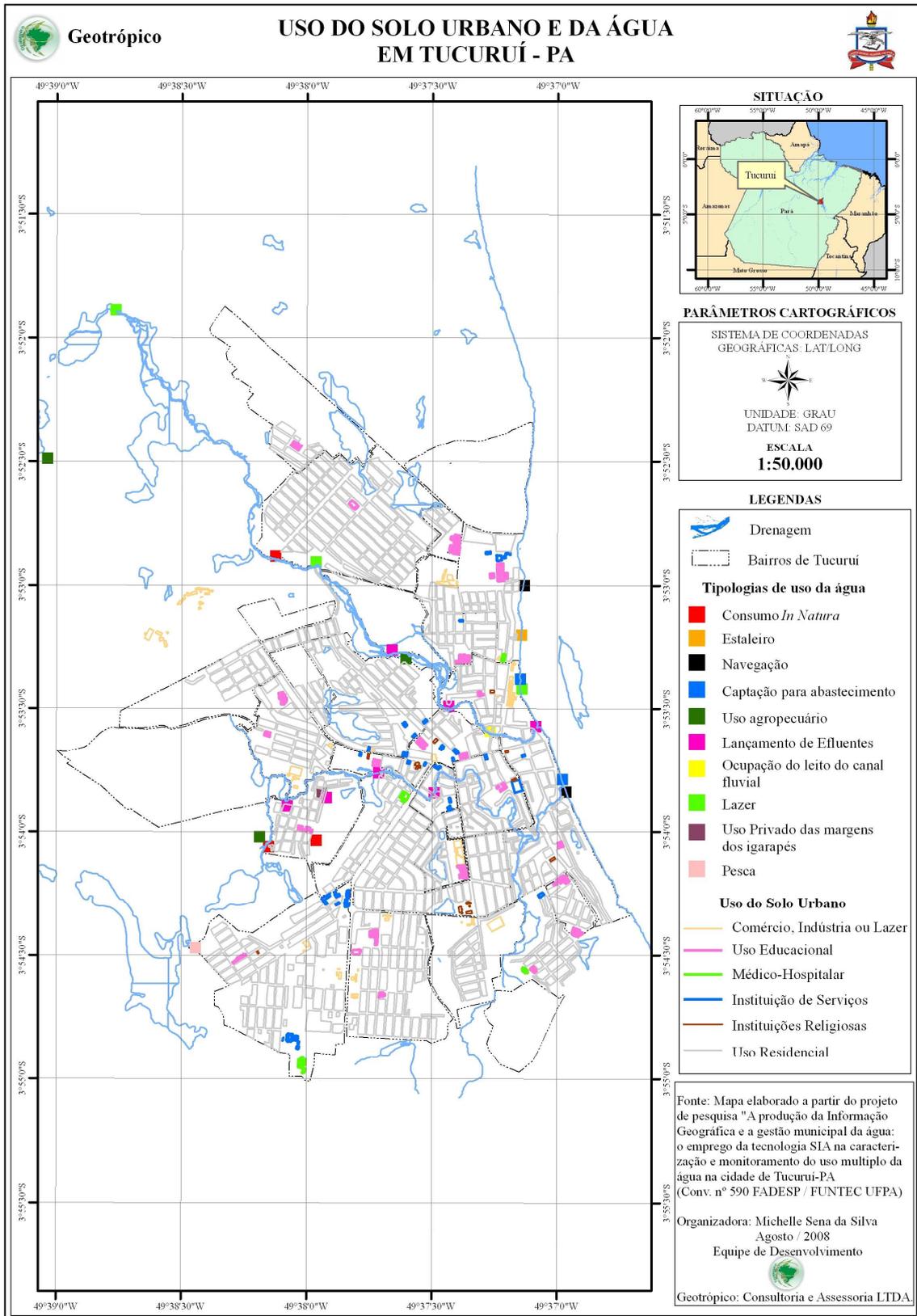
5. **Reservação:** armazenamento da água para atender a diversos propósitos, como a variação de consumo e a manutenção da pressão mínima na rede de distribuição.

6. **Rede de distribuição:** condução da água para os edifícios e pontos de consumo, por meio de tubulações instaladas nas vias públicas.

7. **Estações elevatórias ou de recalque:** instalações de bombeamento destinadas a transportar a água a pontos mais distantes ou mais elevados, ou para aumentar a vazão de linhas adutoras.

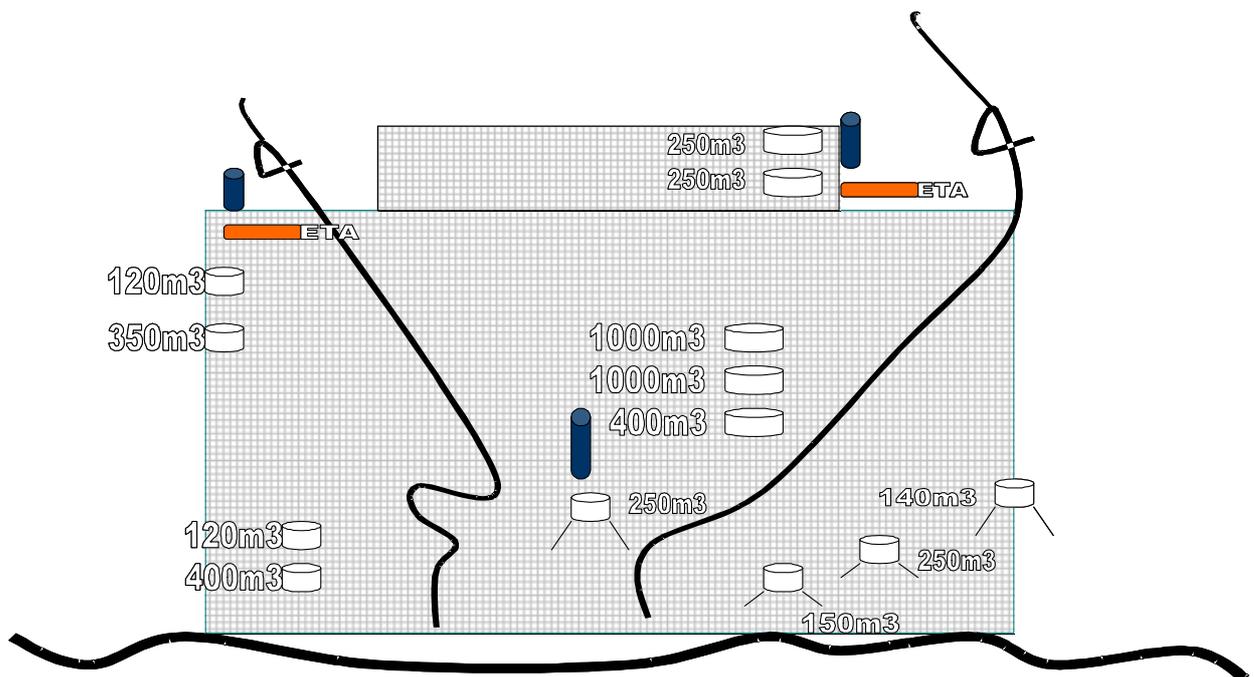
A rede de distribuição de água o conjunto de peças especiais destinadas a conduzir a água até os pontos de tomada das instalações prediais, ou os pontos de consumo público, sempre de forma contínua e segura. Esta rede pode ter configurações diferenciadas, tendo como diferenciador a localização do reservatório com relação a adução, podendo ser: rede servida por reservatório de montante ou rede servida por reservatório de jusante. No caso específico do sistema de abastecimento de água de Tucuruí identificamos que sua rede de distribuição segue a tipologia de reservatório a montante, tanto no caso do igarapé Santos quanto do igarapé Santana.

Concernente a tipologia de redes de distribuição, podem ser definidos a partir da disposição dos seus condutos a rede utilizada no sistema de abastecimento água em Tucuruí é a de “espinha de peixe”, na qual os condutos principais são traçados, a partir de um conduto principal central, com uma disposição ramificada que faz jus aquela denominação. Como apresenta uma circulação da água em um único sentido, qualquer alteração que envolva a interrupção do fluxo de água, mesmo sendo acidental, em um conduto mestre prejudica sensivelmente as áreas situadas à jusante da seção onde ocorre o acidente.



A composição hidrográfica de Tucuruí tem como principais elementos os Igarapés Santos e Santana, que seguem todo o traçado urbano da cidade. Em cada um deles há um ponto de captação e tratamento de água responsável por alimentar a rede de abastecimento, e é formada também pelo Rio Tocantins, local onde esses igarapés desaguam.

O sistema de abastecimento de água no Município de Tucuruí desde sua gênese esteve relacionado com a dualidade existente na prestação de serviços na realidade sócio-espacial do município. Remonta da década de 1960 a construção da Hidráulica que seria a materialização desta dualidade ao abastecer somente a vila residencial dos funcionários da Estrada de Ferro do Tocantins (EFT), alijando o resto da população do Município. Sua atual configuração pode ser visualizada a partir da figura abaixo, onde se identificam os principais elementos do sistema de abastecimento de água local.



Quadro 4: Sistema de Abastecimento Urbano na Cidade de Tucuruí (Pa)

Fonte: ROCHA, 2004.

A captação do Km 4 localiza-se na Rodovia Transcarnetá, e é formada pelas águas do Igarape Santos; possui um ponto de Estação de Tratamento da Água composta por seis filtros de ascendentes e dois reservatórios apoiados com

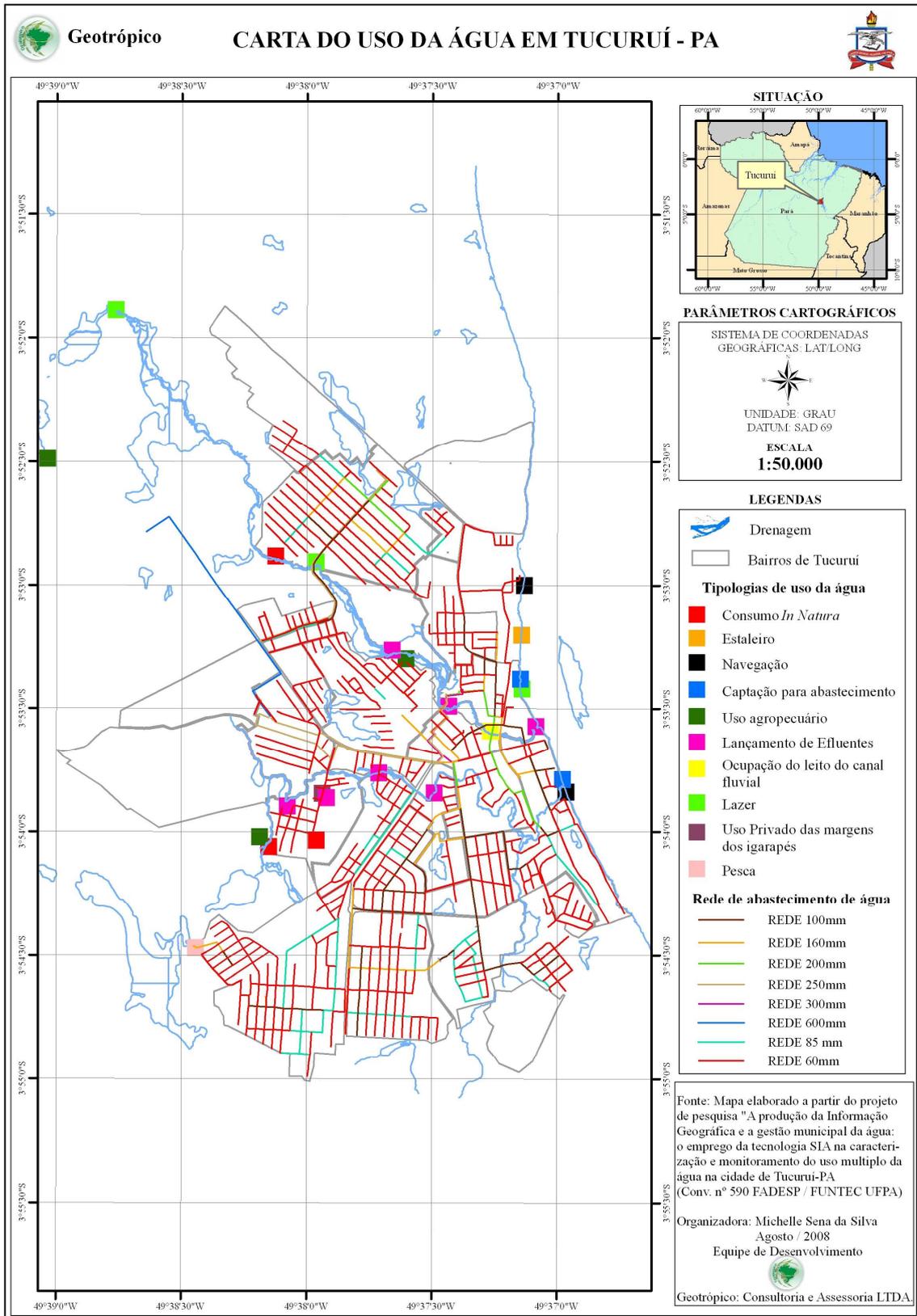
capacidades médias de 540 m³/h e 250 m³, respectivamente. Conta ainda com a adutora Transcarnetá, que faz a ligação entre a captação e tratamento ao Centro de Distribuição Nova Tucuruí. A espacialização do sub-sistema do Igarapé Santos, pela sua maior capacidade, abarca as áreas Centro, Leste e Sul do Município.

Outro ponto de captação em funcionamento é a de Santa Mônica, nas águas do Igarapé Santana. Neste ponto a água é capitada por um elevatório até a Estação de Tratamento de Água, que fica distante cerca de 800 m; é composta por dois filtros e um reservatório apoiado/semi enterrado com capacidade de 150 m³/h e 150 m³, respectivamente. Por apresentar uma capacidade menor este sub-sistema abarca somente a parte Oeste municipal.

Dois outros elementos compõe o Sistema de Abastecimento em Tucuruí; o Centro de Distribuição Nova Tucuruí, com um reservatório apoiado e outro elevado ambos, com capacidade de 200 m³; e ainda a Adutora do GETAT, com capacidade de de 150 m³/h, que conduz a água da Adutora Transcarnetá até o Reservatório Elevado do GETAT.

De acordo com dados da prefeitura municipal de Tucuruí atualmente o sítio urbano tem 65 mil metros de rede de distribuição perfazendo um total de 11 mil ligações domiciliares, sendo que essa distribuição é gratuita. No entanto, somente 20% da população da cidade de Tucuruí possuem água fornecida pela prefeitura.

Observou-se que a produção do espaço urbano, processado de forma intensa e desordenada, foi acompanhada de um intenso adensamento populacional que causou uma maior pressão social sobre os recursos hídricos em Tucuruí. Desta forma foram elencados os usos e a espacialização deles no percurso do Igarapé Santos e Santana desde os pontos de captação até a foz no Rio Tocantins.



a) Captação para tratamento: destacamos os dois pontos de captação, do Km 4 e de Santa Mônica, ambos afastados do centro urbano. No entanto com a expansão urbana Santa Mônica já se encontra às margens da ocupação urbana.



Figura1. Captação do Km 4.
Fonte: trabalho de Campo, 2003.

b) Agropecuário: em vários pontos dos dois igarapés podemos localizar a utilização dos recursos hídricos por fazendas, cooperativas, hortas comunitárias e ainda temos um ponto no Igarapé Santos no qual há a criação de suínos em seu leito.



Figura 2. Horticultura irrigada pelo igarapé. Fonte: Trabalho de Campo, 2003.

c) Consumo *in natura*: é realizado pela população que não é atendida pela rede de abastecimento. Encontra-se em vários pontos dos igarapés.



Figura3. Uso doméstico.
Fonte: Trabalho de Campo, 2003.

d) Ocupação desordenada: observou-se a existência de moradias às margens dos igarapés, cuja a ausência de infra-estrutura de saneamento acaba possibilitando o lançamento de resíduos poluídores no leito dos cursos d'água.



Figura 4. Adensamento populacional.
Fonte: Trabalho de Campo, 2003.

e) Lançamento de efluentes: observou-se a existência de serrarias e lava jatos que utilizavam os igarapés para o despejo de seus dejetos.



Figura 5. Serraria.

Fonte: Trabalho de Campo, 2003.

f) Lazer: grande parte do percurso dos igarapés é utilizado para o lazer da população de baixa renda, próximo ao ponto de captação do Km 4, onde se observa uma estrutura de lazer.



Figura 6. Estrutura de lazer no Km 4.

Fonte: Trabalho de Campo, 2003.

A partir das especificidades locais apresentadas podemos entender os novos rumos seguidos pelas instituições públicas que apontam para o fortalecimento do município enquanto escala mais interessante para promover o desenvolvimento político, econômico e social em seu território, haja vista que a Constituição de 1988 prevê a atuação do município em questões relativas ao meio ambiente local.

Isto significa dizer que as municipalidades, atualmente, têm a tarefa de implantar uma base de informação territorial que dinamize a aplicação de políticas públicas cuja finalidade seja a racionalização do uso dos recursos naturais, tornando viável o crescimento econômico e tendo em vista a equidade social. Desta forma destacamos as idéias defendidas por ROCHA (2003) quando este aponta o Sistema de Informação Geográfica – SIG, como ferramenta primordial nesse processo, no momento em que possibilita uma maior abrangência de integração e gerenciamento das informações contidas no território municipal. Este autor aponta duas funcionalidades para o uso desta ferramenta: instrumento técnico de informação sobre o território e instrumento político de regulação do uso do território.

Com essa base de informação, possibilitada pelo município, pode-se não apenas administrar mais racionalmente os recursos envolvidos numa determinada ação territorial, como também desenvolver e propor novas políticas públicas; visto que, a esfera municipal seja entendida enquanto palco de materialização dos anseios e das conquistas sociais.

As informações existentes na esfera municipal como as diversas características da população, a proporção de seus recursos naturais e as diversas formas de uso dos mesmos, entre outros, podem ser o caminho para a solução dos problemas específicos de cada localidade, permitindo que esta esfera tenha vantagens comparativas consideráveis sobre outras instituições públicas.

6. CONSIDERAÇÕES

No processo histórico do Pará percebemos que na década de 60 a base econômica estava assentada no extrativismo vegetal, que tinha como *locus* de produção e reprodução social as pequenas cidades que margeavam os rios, os quais serviam como vetor de circulação de mercadorias.

Isso possibilitou uma configuração espacial bem característico da região amazônica privilegiando as áreas marginais aos rios para a efetivação de ocupações humanas que estabeleceram um contato imediato com o rio seja na efetivação do escoamento da produção castanheira, seja para o acesso as outras comunidades localizadas na região.

A construção da UHE – Tucuruí e de rodovias possibilitou uma maior dinâmica na comunicação e na circulação intra e inter-regional. Essas novas estruturas ao serem inseridas na realidade regional possibilitariam que as comunidades tradicionais sofressem um processo de desestruturação/reestruturação da configuração espacial, coadunando com os interesses capitalistas.

Neste sentido, cabe à população tradicional a inserção no novo contexto, adquirindo novas funções, ou ficar a margem da nova realidade regional materializada pela implantação de todo o processo dinamizador da região. E a população migrante também tem de se ajustar à dinâmica sócio-espacial apresentada, seja pela inserção ou não no mercado em vias de estruturação.

A realidade do país dos anos 80 possibilitou mudança na atuação das esferas de poder público no que diz respeito a aplicação de políticas públicas de promoção do desenvolvimento, seja econômico e/ou sócio-ambiental. Estas saem da agenda da esfera nacional para, cada vez mais, serem responsabilidades das esferas subnacionais, estados e municípios. Sendo assim, questões como descentralização, ganham destaque nos debates nacionais.

Concordamos com ROCHA (1999) quando este afirma que o município se constitui um instrumento, na atualidade, indispensável para a reestruturação das relações sociais e o reordenamento das relações entre o Estado/Sociedade/Território. É dentro desta lógica que percebemos uma revalorização do município enquanto espaço privilegiado, alternativo, para recompor

a hegemonia e a re-legitimação do Estado perante as sociedades locais (ROCHA, 2000).

O advento da reestruturação capitalista promove uma maior dinâmica no setor econômico, requerendo uma base estrutural normativa que suportasse para as mudanças que vem se processando no decorrer do tempo. Com isto, percebe-se que há uma nova concepção do que seria esta base estrutural, um Estado que não se encerraria em ser uma entidade centralizada e autoritária, mas sim um Estado permeável às novas demandas da sociedade.

O contexto que se delineia torna clarividente a emergência da escala local, leia-se município, enquanto promotor do possível desenvolvimento econômico, social e cultural, que para isto será dotado de novas responsabilidades, configurando-se como equacionador dos conflitos sociais ocorrentes em seu território.

Concernente a isto BAVA (1996), afirma que o tema do desenvolvimento local, por definir uma base territorial já chama a atenção para a questão das particularidades, ao considerar por local a menor unidade política da federação, tem-se então que a base territorial é o município.

A redefinição do pensamento desenvolvimentista configura-se com a emergência da discussão sobre a promoção do desenvolvimento a partir das potencialidades endógenas, o que denota importância às especificidades locais enquanto fator primordial. No entanto as generalidades não são descartáveis, elas compõem a emergência das novas configurações sócio-espaciais.

A importância assumida pelo município pode ser traduzida pela ação dos atores sociais na busca por seu bem estar, sendo que esta ação é apropriada pelo Estado no sentido de cooptar a sociedade civil e, assim, legitimar seu caráter hegemônico mantendo o *status quo*.

O papel dos municípios para a superação dos problemas econômicos e sociais é fundamental. As informações que os municípios possuem sobre as diversas características da população e sobre a natureza dos problemas específicos de cada localidade permitem que se tenham vantagens comparativas consideráveis

sobre outras instituições públicas. Pode-se não apenas administrar mais racionalmente os recursos envolvidos numa determinada ação administrativa como também desenvolver e propor novas políticas públicas.

Tendo em vista o processo evolutivo do município, enquanto escala de governo, chega-se a conclusão de que este sempre esteve atrelado aos fatores econômicos e políticos característicos de cada época histórica, servindo de base de apoio ideológico para a constituição de uma relação preestabelecida de poder.

Busca-se apresentar a mudança do caráter conceutivo do município enquanto escala de poder público, igualmente potencializado como o Estado e a União. Visto que, a partir da análise histórica das atribuições do conceito 'município' enquanto local de vivência da sociedade este nem sempre pôde efetivar-se como poder administrativo desatrelado das outras esferas públicas. Mesmo que em alguns momentos vislumbra-se certa autonomia esta concepção não pode ser observada de maneira muito intensa e ininterrupta.

A realidade presenciada revela que a esfera municipal pode ser caracterizada como instrumento de barganha perante as outras esferas públicas no sentido de promover a apropriação do espaço público e a manutenção de grupos oligárquicos no poder local. Com o processo de redemocratização este círculo se rompe, pois há a emergência de novos atores no cenário de lutas sociais ao tentar reconstruir a concepção de cidadania empregada pelo Estado ao reorientar suas ações na prestação de serviços públicos.

Como resultado desse processo verifica-se a inexistência de uma política municipal de cunho territorial que determine diretrizes para a produção do espaço de forma sustentável, e tampouco que direcionasse a apropriação e o uso dos recursos naturais baseado na racionalidade. Desta forma, pode-se aferir ao município de Tucuruí uma insustentabilidade na produção do seu espaço geográfico, pois, mesmo com o avanço das possibilidades de o município de Tucuruí determinar e implantar políticas que atendam seus interesses locais, de acordo com a nova configuração político-administrativa do período pós-Constituição Federal de 1988, este permanece com a mentalidade de que a questão ambiental será contemplada com a compensação e a mitigação dos impactos ocasionados pela UHE – Tucuruí. Este

município não tem demonstrado através das suas políticas a preocupação com a relação existente entre as transformações sócio-econômicas e a geração de impactos sócio-ambientais no município.

Da mesma forma, o crescimento econômico de Tucuruí obtido com o incremento tecnológico decorrente da instalação da Usina não possibilitou o desenvolvimento de uma infra-estrutura administrativa a nível municipal que respondesse aos anseios e demandas de cunho sócio-ambiental, demonstrando que as políticas públicas com maior relevância para a conformação da questão territorial emanam das esferas federais e estaduais. E com isso a questão que envolve a gestão dos recursos hídricos, tendo como parâmetro a rede de abastecimento de água local, passam por um processo de redefinição de seu uso, a partir da instalação e ampliação da UHE, e isso é demonstrado pelas mudanças ocorridas no âmbito da gestão da rede de abastecimento de água municipal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRUCIO, F. L. e COUTO, C. C. A Redefinição do papel do Estado no âmbito local. *In: São Paulo em Perspectiva*. São Paulo: SEADE, 1996.(40-47 p.).

ACSELRAD, H. Território e Poder: a políticas das escalas. In: FISCHER, T. (Org.). **Gestão do desenvolvimento e poderes locais**: marcos teóricos e avaliação. Salvador: Casa da Qualidade, 2002. (33-44 p.).

AFFONSO, R. Os Municípios e os desafios da federação no Brasil. *In: São Paulo em Perspectiva*. São Paulo: SEADE, 1996.(3-10 p.).

ALBAGLI, S. **Globalização e espacialidade**: o novo papel do local. In: CASSIOLATO, J. E. & LASTRES, (Orgs.). Brasília: IBICT/MCT, 1999.

CASSIOLATO, J. E. & LASTRES, (Orgs.). Brasília: IBICT/MCT, 1999.

ALMEIDA, F. G. Ordenamento territorial e a Geografia Física no processo de gestão ambiental. In: SANTOS, M. et al. **Território e Territórios**. Niterói: PPGEU – UFF/AGB, 2002.

ALMEIDA, I. R.; MELLO, C. S. e Cavalcanti, Y. **Gestão Ambiental**: planejamento, avaliação, implantação, operação, e verificação. Rio de Janeiro: THEX, 2004.

AJARA, C. A abordagem geografia: suas possibilidades no tratamento da questão ambiental. In: MESQUITA, O. V. e SILVA, S. T. (coord.) **Geografia e a questão ambiental**. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

BAÊTA, A. M. C. **Administração Municipal e Descentralização Política**: notas para discussão. Rio de Janeiro: RAP 23(4), 1989. 100-103.

BARBOSA, J. E. **O processo de (re) estruturação do espaço urbano da cidade de Tucuruí**. Trabalho de Conclusão de Curso. Tucuruí: NUT/UFPA, 2003.

BAVA, S. C. Desenvolvimento Local: uma alternativa para a crise social? *In: São Paulo em Perspectiva*, vol. 10, nº 3. São Paulo: SEADE, 1996. (53-59 p.).

BECKER, B. K. A geografia e o resgate da Geopolítica. **Revista Brasileira de Geografia**. Número Especial, 50, T. 2. Rio de Janeiro: IBGE, 1988. 99-125p.

BECKER, B. K. e GOMES, P. C. C. Meio Ambiente: matriz do pensamento geográfico. In: VIEIRA, P. F. e MAIMON, D. (orgs.) **As Ciências Sociais e a Questão Ambiental: rumo a interdisciplinaridade**. Belém: APED/NAEA, 1993. pp. 147-174.

BECKER, B. K. **Amazônia**. São Paulo: Ed. Ática, 1990.

BECKER, B. K. Informação e Território. In: **Revista Ciência Hoje** n. 117 v.20, 2003.

BECKER, Bertha K. Inserção da Amazônia na geopolítica da água. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL PROBLEMÁTICA DO USO LOCAL E GLOBAL DA ÁGUA NA AMAZÔNIA, 2003, Belém. **Anais....** . Belém: UNESCO/UFPA/NAEA, 2003.

BRASIL, Ivo. Gestão dos Recursos hídricos como elemento de transformação da sociedade amazônica. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL PROBLEMÁTICA DO USO LOCAL E GLOBAL DA ÁGUA NA AMAZÔNIA, 2003, Belém. **Anais...** Belém: UNESCO/UFPA/NAEA, 2003

BRAGA, T. **Desenvolvimento Local Endógeno e Suas Aplicações na Formulação de Políticas Municipais:** descentralização/participação ou fragmentação/estratégia de legitimação. Porto Alegre: ANPUR, 1999.

BRASILEIRO, A. M. **O município como sistema político.** Rio de Janeiro: FGV, 1973.

CALLAI, H. C. **O estudo do município e o ensino de História e Geografia.** Ijuí: UNIJUÍ, 1997.

CASTRO, E. M. R. & MARÍN, R. E. A. Estado e poder local: dinâmica das transformações na Amazônia Brasileira. In: **Pará Desenvolvimento**, 20/21. Belém: IDESP, 1986/1987.

COELHO, M. C. **Impactos Ambientais em Área Urbanas: teorias, conceitos e métodos de pesquisa.**

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS. **Guia do Administrador Municipal:** orientações e procedimentos para uma gestão eficiente. Porto Alegre: Mercado Livre/FAMURS, 2001.

COSTA, J. B. A. A ressignificação do local: o imaginário político pós-80. In: **São Paulo em Perspectiva**, vol. 10, nº 3. São Paulo: SEADE, 1996.(113-118 p.).

COSTA, Antonio J. F. Gestão municipal da água. In: **Governo e Sociedade**, nº. 108. São Paulo: Pólis – ILDES FES, 1998.

COSTA, M. F.; NETO, G. G. e PENALBER, A. M. C. **Zoneamento Econômico-Ecológico do Estado do Pará:** perfil técnico e definição de zonas e subzonas.

CLAVAL, P. **O território na transição da Pós-modernidade.** Geographia, Ano I, nº 2. Cidade: Editora, 1999.

CKAGNAZAROFF, I. B. **Descentralização e capacitação da gestão local:** questões para a mudança democrática – o caso brasileiro. S/D, mimeo.

_____. **A Nova Constituição:** uma nova administração municipal. Rio de Janeiro: RAP 23(4), 1989. 104-107.

DOWBOR, L. Governabilidade e Descentralização. In: **São Paulo em Perspectiva**, vol. 10, nº 3. São Paulo: SEADE, 1996.(21-31 p.).

EMMI, M. **A Oligarquia do Tocantins e o Domínio dos Castanhais**. Belém: UFPA/NAEA, 1999.

FERREIRA, J. S. **O município no desempenho constitucional vigente**. Belém: NAEA/UFPA, s/d. Mimeografado.

FRANCO, R. M. Principais problemas ambientais municipais e perspectivas de solução. In: PHILLIPI JR., A. MAGLIO, I. e COIMBRA, Y. **Municípios e meio ambiente**: perspectivas para a municipalização da Gestão Ambiental no Brasil. São Paulo: ANAMMA, 1999.

FAORO, R. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 12 ed. São Paulo: Globo, 1997.

FIGUEIREDO, A. H. **A divisão da floresta**: uma (re) interpretação do mapa político da Amazônia brasileira. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1988.

GUIMARÃES, J. Competência constitucional dos municípios em matéria ambiental. In: COUTINHO, R. e ROCCO, R. (orgs.) **O direito ambiental da cidades**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. p. 67-84.

GUSMÃO, P. P. **Sistemas municipais de governo e desenvolvimento sustentável na região do semi-árido brasileiro**. Rio de Janeiro: IPEA, 1996.

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto**. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LIPIETZ, A. **O capital e o seu Espaço**. São Paulo: Nobel, 1993.

LOPES, A. G. **Regiões, municípios e suas interseções multi-escalares**: a di-visão do território no Pará e a partilha dos tributos. Dissertação de Mestrado. Belém; NAEA/UFPA, 2003.

MACHADO, M. S. **Geografia e Epistemologia**: um passeio pelos conceitos de espaço, território e territorialidade. Cidade: Editora, Ano.

MANOEL, V. Gestão Ambiental Municipal. **Ciência Geográfica**. Bauru: AGB, v. 9, n. 3, 2003.

MASSOLO, A. **Em direção as bases**: descentralização e município. In: Espaços e Debates, 24, 1988. 40-53 p.

MONTORO, A. F. Descentralização e participação: importância do município na democracia. In: **O município no século XXI**: cenários e perspectivas. São Paulo: CEPAM, 1999.

MORAES, A. C. R. (Org.). **Ratzel**. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1990.

MILARÉ, E. Instrumentos legais e econômicos aplicáveis aos municípios: Sistema Municipal do Meio Ambiente – SISMUNA/SISNAMA. In: PHILLIPI JR., A. MAGLIO, I. e COIMBRA, Y. **Municípios e meio ambiente**: perspectivas para a municipalização da Gestão Ambiental no Brasil. São Paulo: ANAMMA, 1999.

MULLER, J. Meio ambiente. In: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS. **Guia do administrador municipal**: orientação e procedimentos para uma gestão eficiente. Porto Alegre: Mercado Aberto/FAMURS, 2001.

NEVES, G. H. **Significados, rumos e desafios da descentralização político-administrativa no Brasil**. Cidade: Editora, 2000.

OLIVEIRA, J. A. **Cidades na Selva. Manaus**: Valer, 2000.

PEREIRA, E. A. D.; SILVA, M. S. e FERREIRA, T. M. Vila Permanente: recortes e retratos de uma *company town* na Amazônia. In: TRINDADE JR, S. C. e ROCHA, G. M. (Orgs.) **Cidade e Empresa na Amazônia**: gestão do território e desenvolvimento local. Belém: Pakatatu, 2002.

PIRES, M. C. S. **A autonomia municipal no Estado brasileiro**. In: Revista de Informação Legislativa, ano 36, nº 142. Brasília: Senado Federal: 1999. p. 143-165.

PHILLIPI JR., A. e ZALUF, W. E. Estruturação dos municípios para a criação e implementação do Sistema de Gestão Ambiental. In: PHILLIPI JR., A. MAGLIO, I. e COIMBRA, Y. **Municípios e meio ambiente**: perspectivas para a municipalização da Gestão Ambiental no Brasil. São Paulo: ANAMMA, 1999.

PUJADAS, R. e FONT, J. **Ordenación y planificación territorial**. Madrid: Síntesis, 1998.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REZENDE, **Federalismo Fiscal**: um novo papel para Estados e Municípios . In: O município no século XXI: cenários e perspectivas. São Paulo: CEPAM, 1999.

RODRIGUES, C. **A teoria geossistêmica e sua contribuição dos estudos geográficos e ambientais**. Revista do Departamento de Geografia, 14. São Paulo: USP, 2002. pp. 69-77.

ROCHA, G. M. **A Construção da Usina Hidrelétrica e os Processos de Redivisão Político-Territorial na Área de Tucuruí (PA)**. São Paulo: Universidade de São Paulo, Tese de Doutorado, 1999.

_____. **Municipalização do Território na Amazônia**: reordenamento territorial e a criação de novos municípios no estado do Pará (1982 – 1996). Projeto de Pesquisa. Belém: UFPa, 2000.

_____. A construção da Hidrelétrica e as transformações espaciais na região de Tucuruí. In: TRINDADE JR, S. C. e ROCHA, G. M. (Orgs.) **Cidade e Empresa na Amazônia**: gestão do território e desenvolvimento local. Belém: Pakatatu, 2002.

_____. A produção da informação geográfica e a gestão municipal da água: o emprego da tecnologia SIG na caracterização e monitoramento do uso múltiplo dos recursos hídricos da cidade de Tucuruí(PA). Projeto de Pesquisa. Belém: Sectam/Funtec/Fadesp/UFPA, 2003.

ROCHA, G. M. e GOMES, C. B. Gestão local e municipalização do Território: a cidade e o reordenamento político-territorial na área de influência da Usina Hidrelétrica de Tucuruí. In: TRINDADE JR, S. C. e ROCHA, G. M. (Orgs.) **Cidade e Empresa na Amazônia: gestão do território e desenvolvimento local**. Belém: Pakatatu, 2002.

ROCHA, G. M. e SILVA, M. S. **A experiência local da gestão da água na cidade de Tucuruí (PA)**. Campinas: UNICAMP/ANPPAS, 2003.

RODRIGUES, J. N. O município como escala de gestão no Brasil contemporâneo. In: **Anais do XIII Encontro Nacional de Geógrafos**. João Pessoa: AGB, 2002.

ROSA, R.C. **A Dinâmica territorial do Sul e Sudeste do Pará: emancipação de nova Ipixuna**. Marabá: UFPA/CFCH, Trabalho de Conclusão de Curso, 2002.

SANTOS, A. C. A. **Descentralização político-administrativa no Brasil: aspecto essencial da (re) construção da esfera pública**. S/d. Mimeografado.

SANTOS, S. M. M. e PIRES, M. C. S. O município e a gestão urbana: novas exigências. In: **São Paulo em Perspectiva**, vol. 10, nº 3. São Paulo: SEADE, 1996.(88-95 p.)

SILVA, C. C. **Desenvolvimento econômico, modelo federativo e município no Brasil**. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1998.

SOUZA, C. **Reiventando o Poder Local**. Limites e possibilidades do federalismo e da descentralização. In: **São Paulo em Perspectiva**, vol. 10, nº 3. São Paulo: SEADE, 1996.(103-111 p.)

TAVARES, M. G.C. **O Município no Pará: o processo de municipalização de São João do Araguaia**. Rio de Janeiro: UFRJ, Dissertação de Mestrado, 1991.

VAINER, C.B. As escala de poder o poder das escalas: o que pode o poder local? In: **Planejamento e Território: ensaios sobre a desigualdade**. Cadernos do IPPUR, 2001-2. Rio de Janeiro: DPA, 2001.